

Dois sismos na Zambézia causam danos em escolas e ferem crianças

A província da Zambézia foi abalada nesta quinta-feira (08) por dois sismos de magnitude 5,6 e 5,2 na escala de Richter que causaram danos em escolas e deixaram pelo menos duas crianças feridas.

Texto: Redacção



O primeiro tremor de terra foi registado pelo Instituto Nacional de Minas (INAMI) às 10:49:44 horas, a uma profundidade de 6,4 quilómetros e com magnitude 5,6 na escala de Richter. O segundo foi sentido às 11:52:04 horas, a uma profundidade de 10 quilómetros e teve magnitude 5,2 na escala de Richter. Ambos na localidade de Chire, no distrito de Morrumbala, na Província da Zambézia,

Um comunicado do INAMI, entidade responsável pela monitoria da actividade sísmica em Moçambique, refere que os "sismos foram sentidos nas Províncias de Tete, Zambézia, Manica, Sofala, Nampula, Cabo Delgado e Niassa e nos países vizinhos como Malawi, Zâmbia e Zimbábue".

"No Distrito de Milange o sismo principal provocou danos na Escola Secundária Joaquim Maquival e uma criança partiu braço tendo sido encaminhada para o Hospital Distrital. Na localidade de Vulalo, Posto Administrativo de Milange-sede, outra criança ficou ferida e registaram-se rachas numa das salas de aula da Escola Primária de Vulalo".

Moçambique é propenso a ocorrência de fenómenos naturais de origem geológica pois localiza-se na margem Este da placa Nubiana e no extremo Sul do Sistema do Rift Este Africano e embora quase todos os dias o INAMI registre pequenos abalos o último tremor forte com epicentro no nosso país foi registado a sul da província de Manica, em Setembro de 2016, e teve uma magnitude 5,5 na escala de Richter.

"Na agricultura parece que é proibido falar-se de subsídios, mas não tem nenhum mal falar de subsídio ao combustível, ao pão", Francisco Ferreira dos Santos



Uma das razões do insucesso do agro-negócio em Moçambique é porque o Estado em vez de subsidiar a maioria do povo que são produtores agrícolas tem optado por subsidiar a minoria que vive nas zonas urbanas. "Na agricultura parece que é proibido falar-se de subsídios, mas não tem nenhum mal falar de subsídio ao combustível, não tem nenhum mal falar do subsídio ao pão" afirma Francisco Ferreira dos Santos, um dos líderes da mais antiga empresa que opera no sector da agricultura no nosso país, que deixa alguns recados ao Governo: "aqueles países que têm sucesso na agricultura fazem subsídios fortíssimos" e "esta desvalorização da moeda veio ajudar, e muito a produção agrária".

Texto: Adérito Caldeira [continua Pag. 02](#)

Inquérito do MISAU expõe grupo significativo de usuários de drogas injectáveis, alguns padecendo de HIV, em Maputo e Nacala

Existe um grupo expressivo de usuários de drogas injectáveis, padecendo de HIV – por manter relações sexuais desprotegidas – hepatite B e hepatite C, estigmatizado e na sua maioria a viver às escondidas em condições de insociabilidade, o que dificulta o acesso aos cuidados de saúde, nas cidades de Maputo (50%) e Nacala (20%), esta na província de Nampula. A constatação é do primeiro Inquérito Integrado Biológico e Comportamental em Pessoas que Injectam Drogas, divulgado na quinta-feira (08), pelo Ministério da Saúde (MISAU), através do Instituto Nacional de Saúde (INS).

Texto: Emildo Sambo

Em relação à capital do país, significa que metade dos cidadãos abrangidos pelo estudo e que revelou que se injecta estupefacientes tem a chamada pandemia do século, enquanto em Nacala, onde a incidência dos usuários de drogas é de 20%, significa que duas em cada 10 pessoas estão infectadas, disse Cynthia Baltazar, investigadora principal do inquérito, realizado em 2014, durante seis meses.

Os indivíduos que se injectam drogas são chaves para as intervenções médicas devido à sua alta prevalência de HIV. Por isso, "a expectativa é que o MISAU, o Conselho Nacional de Combate ao

Sida (CNCS) e outras instituições reforcem as suas estratégias no sentido de assegurar uma maior prevenção da doença (...)".

Segundo a pesquisadora, os usuários de drogas injectáveis – heroína por exemplo – têm comportamentos de risco, são estigmatizadas, não são de fácil acesso porque vivem escondidas, o que dificulta o contacto com eles para efeitos de aconselhamento seguimento médico.

A alta prevalência de HIV deve-se ao baixo uso do preservativo nas relações sexuais. "Temos que ter intervenções muito focadas e especializa-

das neste grupo", disse Cynthia Baltazar.

Relativamente à discriminação, o estudo indica que pelo menos 7.9% e 32.6% dos entrevistados, em Maputo e Nacala, respectivamente, relataram que passaram por alguma experiência de discriminação. "Nos mesmos locais, 72.2% e 42.6%, respectivamente," de indivíduos que s injectam drogas admitiram que já estiveram a contas com a Polícia por causa do seu comportamento de risco.

Aliás, alguns foram submetidos a tratamento médico por causa de overdose, revela o inquérito

[continua Pag. 02](#)

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana

Por:

BBM Pin: 2B04949C

WhatsApp: 84 399 8634

ou escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 01 - "Na agricultura parece que é proibido falar-se de subsídios, mas não tem nenhum mal falar de subsídio ao combustível, ao pão", Francisco Ferreira dos Santos

Intervindo na Conferência do Observatório do Meio Rural (OMR), que decorre em Maputo até esta sexta-feira (09), o bisneto do fundador do Grupo João Ferreira dos Santos começou por revelar alguns dos motivos da "resiliência" da empresa criada em 1897 que passam por existir "com um propósito próprio que ia bastante além do lucro pelo lucro, o lucro sempre foi uma questão de sustentabilidade mas não propriamente a missão do Grupo".

Manteve-se em Moçambique mesmo com a independência, sobreviveu a guerra civil, o Grupo JFS está, desde a virada do milénio focalizado na província do Niassa e na produção do algodão a âncora do seu negócio. "A nossa empresa está este ano com 53 mil produtores associados, temos cerca um milhão de dólares no mato em insumos, vamos injectar mais de 7 a 8 milhões de dólares nas compras" declarou o gestor destacando que dirige a "única empresa no mundo que tem acreditação nas duas directivas globais que ditam a prática do algodão, o cotton initiative e o cotton made in Africa, e somos uma caso de estudo por isso".

Sobre o negócio Francisco F. dos Santos explicou que o sector do algodão consegue dar resposta a três coisas que são essenciais, e que são os dramas da agricultura nacional: necessidade de formação, necessidade de insumos e acesso a mercados.

Contudo, "tivemos que intervir também em três outros pilares: o comércio rural (estamos a desenvolver uma rede de casas agrárias), estabelecer e facilitar serviços financeiros, e trabalhar na electrificação rural (sem energia não há desenvolvimento). Todos estes pilares, do nosso ponto de vista, são necessários para permitir o desenvolvimento da agricultura em si, não basta apenas trabalhar na agricultura se não trabalharmos nestes todos factores que acabam por ser determinantes".



"Aqueles países que têm sucesso na agricultura fazem subsídios fortíssimos"

O Administrador do Grupo JFS que é agrónomo de formação acredita que para o sucesso do agro-negócio em Moçambique mais do que a agronomia é fundamental a "sociologia e a antropologia".

"Porque o nosso trabalho no meio rural é essencialmente de sociologia e antropologia, perceber porque as pessoas não aderem a algumas questões que parecem óbvias, e as vezes as respostas são tão simples que as vezes não conseguimos entender porque estamos aqui em Maputo, muito longe, apenas a ver estudos e não temos a capacidade para perceber quais são os factores que determinam a adesão das pessoas a tecnologia e as soluções que muitas vezes até estão disponíveis" declarou.

Com a experiência herdada dos mais de cem anos de operação da empresa que dirige Francisco F. dos Santos proclamou que "(...) na agricultura parece que é proibido falar-se de subsídios, mas não tem nenhum mal falar de subsídio ao combustível, não tem nenhum mal falar do subsídio ao pão. Nós em Moçambique aceitamos o conceito de subsidiar o consumo, mas parece que quando se fala em subsidiar a produção todos nós parece que temos vergonha de falar nisso. Mas isso meus amigos é o que todo o mundo faz. Aqueles países que têm sucesso na agricultura fazem subsídios fortíssimos".

"Se nós conseguíssemos retomar a indústria têxtil os nossos 40 milhões de dólares de exportação virariam automaticamente 400 milhões"

O jovem Ferreira dos Santos defende "que uma das maneiras positivas de estimular o desenvolvimento rural é com injeção de dinheiro nas regiões, no mato, é o que os outros países fazem. Principalmente quando os preços caem os governos intervêm e estabilizam os preços para não ter um sub-sector tão volátil e tão oscilante, quando o preço está bom todas as pessoas produzem quando cai reduzem, por isso é que tivemos um ano em que Moçambique produziu 70 mil toneladas, depois no outro 187 mil toneladas e depois reduz novamente".

"Não há nenhuma cadeia de valor, não há nenhuma indústria que sobreviva se não tiver uma produção estabilizada, não é subsidiar por subsidiar mas subsidiar para garantir uma funcionalidade e um volume mínimo que nós precisamos para operar. No algodão conseguimos fazê-lo, querendo, sem custos administrativos o que já não acontece com o milho por exemplo. No nosso caso já temos um instituto, as empresas estão organizadas, os produtores estão organizados toda operação é controlada portanto nós conseguiríamos implementar um sistema desses sem custos" esclareceu.

Ainda sobre o potencial do algodão, que Francisco F.

dos Santos diz não ser ouro branco nem petróleo, "é provavelmente o produto de Moçambique e do mundo com maior capacidade de agregação de valor. No mundo, tirando a indústria automóvel, é a indústria que mais gera emprego. Porque temos produção agrícola, processamento primário, fiação, tecelagem, tinturaria, depois a confecção e só depois é que vem os retalhistas, portanto é uma indústria que tem uma capacidade de gerar valor brutal, pelo menos em dez vezes".

O Administrador do Grupo JFS acredita que "se nós conseguíssemos retomar a indústria têxtil os nossos 40 milhões de dólares de exportação virariam automaticamente 400 milhões, e por isso é que os países que produzem o algodão o protegem ao máximo, financiam o preço ao produtor".



"Desvalorização da moeda veio ajudar, e muito a produção agrária"

O jovem Ferreira dos Santos questiona se existe outro veículo para dinamizar a economia rural do que injectar dinheiro na economia rural e deixou o repto ao Governo de Filipe Nyusi. "Se Moçambique decide agora que o algodão não é pago a 23 meticais mas a 25, pagamos mais 3 meticais sem custos administrativos, não é preci-

so criar mais uma máquina para gerir fundos e controlar, nós temos tudo isto montado. Porque não fazer, qual é o problema de pagar mais 3 meticais ao produtor de algodão se quem está a comprar pão na cidade se calhar compra a menos 1 metical? Porque é que não fazemos a mesma coisa no meio rural e deixar que a liquidez do mercado traga o desenvolvimento que nós precisamos".

Para o empresário agrícola o momento até é oportuno pois "esta desvalorização da moeda veio ajudar, e muito a produção agrária. Nós em Moçambique desde 2004 tínhamos uma moeda artificialmente valorizada, entendemos a razão, queremos manter os 30 por cento da população urbana, queremos controlar a inflação para tornar os bens de consumo mais acessíveis, todos nós queremos estar em so-

cidade urbanas que funcionem e não façam greves, mas isto veio com um custo pesadíssimo, é que retira uma competitividade brutal ao meio rural".

"Quando assistimos agora a esta desvalorização da moeda houve uma reação muito positiva, porque os produtos subiram todos e trouxe aumento da produção, portanto atenção a questão da moeda", alerta Francisco F. dos Santos.

→ continuação Pag. 01 - Inquérito do MISAU expõe grupo significativo de usuários de drogas injectáveis, alguns padecendo de HIV, em Maputo e Nacala

que tinha como objetivo estimar a prevalência de HIV, hepatite B e hepatite C entre os usuários de drogas injectáveis, estimar o número da população que se injecta drogas, identificar os comportamentos de risco associados ao HIV e avaliar o acesso aos serviços de prevenção e cuidados de saúde.

Foram abrangidos homens e mulheres com idade igual ou superior a 18 anos, que nos últimos 12 meses anteriores ao inquérito trabalharam, residiram ou socializaram nas cidades em alusão, e que tivessem injectado droga

sem prescrição médica ou alguma vez na vida.

Os entrevistados forneceram amostras de sangue para efeitos de testagem, bem como efecturam testes rápidos de HIV, hepatite B e hepatite C, e obtiveram diagnósticos no local da investigação.

Os anteriores inquéritos realizados em grupos específicos no país foram em mulheres trabalhadoras de sexo, homens que fazem sexo com outros homens, camionistas de longo curso e trabalhadores moçambicanos nas minas da África do Sul.

Mundo

Sri Lanka bloqueia redes sociais no meio de ataques de budistas contra mesquitas

O Sri Lanka desligou as redes de mensagens sociais, incluindo o Facebook, na quarta-feira (07) para controlar a violência dirigida à minoria muçulmana do país, disseram autoridades, mesmo depois da declaração de emergência na ilha de maioria budista.

Texto: Agências

A tensão aumentou entre as duas comunidades no Sri Lanka no ano passado, com alguns grupos budistas de linha dura acusando os muçulmanos de forçar as pessoas a converterem-se ao Islão e a vandalizar os sítios arqueológicos budistas.

A polícia decretou um toque de recolher indefinido no distrito de Kandy, onde a violência se concentrou desde domingo, após a morte de um jovem budista em uma briga com um grupo de muçulmanos.

Monges budistas atacaram mesquitas e negócios pertencentes a muçulmanos durante a noite, disseram residentes à Reuters na quarta-feira, mesmo depois que o presidente Maithripala Sirisena impôs emergência por sete dias para controlar a violência.

Alguns actos de violência foram instigados nas redes sociais, com postagens no Facebook ameaçando mais ataques contra muçulmanos, disse o governo.

O governo disse nesta quarta-feira que o Facebook, o Viber e o WhatsApp seriam bloqueados em todo o país por três dias.

O Sri Lanka ainda está a curar as feridas de uma guerra civil de 26 anos contra os separatistas Tamil que terminou em 2009, com relatos de abusos de direitos humanos em ambos os lados.

Os muçulmanos representam 9 por cento dos 21 milhões de habitantes da ilha.

A desculpa de falta de dinheiro é sempre invocada para justificar a incompetência do Governo da Frelimo. A título de exemplo, há quatro anos que o Combate à Corrupção em Moçambique é feito sem um Plano Estratégico, o último findou em 2014 e a falta de dinheiro ditou que o novo Plano só fosse lançado na última quarta-feira (07). Na verdade, desde que Filipe Nyusi assumiu a governação de Moçambique que a corrupção tem aumentado, assim o indica a Transparência Internacional, porventura relacionado com os cortes orçamentais que a instituição que tem a missão de combater este mal tem sofrido. Na verdade, há falta de vontade política em colocar fundos nas instituições de combate à corrupção porque o Governo da Frelimo é constituído por um bando de corruptos.

Votar ou cumprir um ritual?

Nesta segunda volta da eleição intercalar do presidente do Município de Nampula, apenas Amisse Cololo António, apoiado pela Frelimo, e Paulo Vahanle, da Renamo, disputam a liderança da maior autarquia do norte de Moçambique para os próximos cinco meses. Porém, chama muita atenção o desânimo de todos intervenientes. É quase

Na verdade, há razões mais do que suficientes para esse comportamento ou sentimento. Um dos primeiros e principais aspectos tem a ver com as promessas vazias e irrealizáveis (olhando para o tempo de governação) apresentadas pelos candidatos. A título de exemplo, Vahanle, prometeu electrificar o mercado central como forma de honrar os contribuintes dos cofres municipais e melhorar as ruas da cidade através de uma reabilitação de raiz. Por sua vez, Cololo prometeu melhorar o actual ambiente higiénico da urbe, criando comités de lixo e a melhoria das condições em que se encontram as áreas com

Obviamente, cada moçambicano é livre de exercer o seu direito de voto, segundo a sua consciência e redemoinho das necessidades. Entretanto, é hipocrisia crassa acreditar que a ida às urnas irá trazer mudanças para urbe nos próximos meses. Portanto, no dia 14 de Março, alguns "nampuleses" não vão fazer mais do que cumprir um ridículo ritual.

Já dissemos, vezes sem conta, que a empresa Linhas Aéreas de Moçambique (LAM) não passa de uma verdadeira trapaça e, num país sério, o Governo já tinha tomado medidas com vista a encerrar as actividades dessa companhia. Mais uma vez, as LAM cancelaram voos por falta de combustível, prejudicando centenas de passageiros. A desculpa usada pela empresa é de que houve ruptura de stock, mas felizmente a verdade foi reposta com informação dando conta que a companhia não tem efectuado pagamentos. É caso para dizer bando de Xiconhocas!

O Presidente da República, Filipe Nyusi, deve andar a consumir substâncias que estão a dar cabo da sua memória. Enchendo a boca, Nyusi disse que há ocorrência, no país, de casos de corrupção política envolvendo parlamentares ou órgãos de comunicação social, que aceitam favores de nacionais e/ou de estrangeiros, para colocar questionamentos ou perguntas cujas respostas visam satisfazer interesses de grupos. O Chefe de Estado esqueceu-se de que há também os corruptos que aceitam dinheiro para não questionar o Governo da Frelimo e fazer propagandas em tudo quanto é canto.

Os bancos comerciais que operam em Moçambique não passam de um bando de agiotas preocupados em sugar os moçambicanos. Um exemplo disso é que a Prime Rate do Sistema Financeiro voltou a reduzir em Março, porém os bancos comerciais em Moçambique teimam em manter as suas altas margens por cada categoria de crédito que vendem obrigando os moçambicanos a pagar taxas de juro idênticas às cobradas pelos agiotas. Está claro que os bancos, em conluio com o Governo da Frelimo, estão empenhado em empurrar os moçambicanos para a desgraça.

 goste de nós no facebook.com/JornalVerdade

Jornal @Verdade

Fonte médica esclareceu ao @Verdade que a bactéria causadora da listeriose pode ser encontrada no solo, na água e em alguns animais, incluindo aves e bovinos. Ao contrário de muitos micro-organismos, a "listeria monocytogenes" pode crescer em temperaturas muito frias, mesmo num congelador, embora não sobreviva a altas temperaturas, como cozimento ou pasteurização. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a África do Sul sofre o maior surto de listeriose registrado no mundo.

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/65104>



Adelino Magombe
Obrigado ao jornal. Mas
sou da opinião de que
ter indicado os tais
os processados, pois existem
ssim a informação ficava
ssível ao cidadão comum ...

Franchelone Appollo Granz
wors, vienas, polony,
leite, etc · 4 h

Albino Deolinda Sebastian
AQ na Africa de sul. Ja tem
180 pessoas antigido pelo
teria... E 120 pessoas k ja
em pelo este acto... Sao casus
africanos k luntam pelo este
enho a serteza deki ha
fricanos k vao apannah nas
ra poder vender em moz...
as avirem cm palony, Rachel,
porco e MUITO mas... Pork
tem ja comexaram a retirar
... 5 h

Fernandinho Alberto
Alberto ok, os q ja
 compraram em
 le? pode dar animais? nao

Renato Silva E cuidado com a carne brasileira. Aqui, na terra da o, empresas pagam para rios e órgãos fiscais s para fazerem “vista e deixar passar coisa que ais dariam, para seus filhos 1 dia(s)

Merlindo Jacinto Manjate
Boa alerta meu caro · 1 dia(s)

Renato Silva Joga “Friboi” e “JBS Foods” no Google pra expor os escândalos. Eu já não comeria, estou aderindo ao movimento. Mas se fosse pra não comer carne, eu iria criar os animais que fosse possível. Não se pode mais confiar em grandes empresas. Meu país é rico, mas não tem o direito de ser o primeiro a ser destruído. O mundo é muito grande e o povo é muito pobre. (e... 1 dia(s))

Araújo Abdula eu tenho alguns videos por isso nao o nas carnes · 1 dia(s)

Oceano Pacífico O presidente Cyria Ramapossa ja tem uma presa que ira produzir estes s, e assim ele nao ker a copiticao na sua producao, sa razao ki andam inventar Gentes vamos processar todos africanos no poder sao s. - 22 h

Eduardo Mendes Melão
Podem crer meus amigos.
Xtamos quazi no fim do
sso ja nao é normal phaahh.

**Antonio Carlos Pinto
Ferreira** Seria bom
aconselhar as pessoas a
tudo. · 1 dia(s)

Paulo Ndaluza yuuuuuuuuuu
esta cheio de doença · 1
dia(s)

Bernardo T Tchiwila Singu
É sempre África! Miux · 1
dia(s)

Nizardo Amandio Mbalan
Muito importante · 22 h

Anildo Ragani
podemos come
ao fogo. · 23 h

O Carlos Mavuié BACTÉRIA
NÃO VÍRUS COMO DISSE O
PAÍS · 1 dia(s)

Manuel Inacio Paulino
Joaquim AFINAL É UMA
BACTÉRIA OU VÍRUS?????

Manuel Lino Roy Eh
bactéria. · 1 dia(s)

Pedro Francisco Damiao Um
uma bactéria gran positiva!
ue ficou assim confuso.
te a notícia pela STV! · 23 h



Boqueirão da Verdade

“Os estudantes finalistas de medicina tinham, por força do Decreto 58/2004, um contrato, através do qual prestavam serviços ao sistema e em troca recebiam um subsídio. Notámos que os estudantes não se entendiam devido à decisão. Daí decidimos dar mais uma semana para pensarem melhor no que querem. A partir da segunda-feira, o estudante que não se fazer ao estágio será considerado faltoso e pode não fazer o curso. Com ou sem subsídio o estágio é obrigatório”, **Moshin Sidat**

“Se estudaram cinco anos sem subsídios, porquê não podem aguentar mais um ano e terminar a formação? Não sei, eles é que sabem, mas o meu apelo é que reflectam devidamente nisto, visto que a vida profissional deles no futuro é que está em jogo. É verdade que são os profissionais que atendem os doentes e nós somos auxiliares, mas, na maioria das vezes, os profissionais passam mais tempo nas clínicas e deixam os doentes a cargo dos estagiários e pedem para serem chamados em caso do problema ultrapassar o estagiário. Fazemos grande parte do trabalho”, **idem**

“A OMM não pode intervir, mas está solidária com o grupo de estudantes estagiários. Os estudantes não podem ser sacrificados por irresponsabilidades alheias, eles merecem o subsídio porque é um direito. (...) O MISAU,

a Faculdade e os estudantes devem sentar à volta da mesma mesa e encontrar soluções”, **Eugénio Zacarias**

“Este subsídio deve ser suportado pelo Orçamento do Estado (OE), no entanto, devido à exiguidade orçamental do OE, as despesas vinham sendo suportadas na sua maioria pelos fundos de parceiros. Dos encontros havidos com a Faculdade de Medicina da UEM entendemos que não, pois foram encontradas ao nível desta faculdade, medidas alternativas para esta situação”, **MISAU**

“No contexto da crise, o grupo fiel à liderança do partido (MDM) procurou inviabilizar a acção governativa do presidente Amurane em alguns bairros, apelando à desobediência às autoridades municipais. Ora, esta cisão a nível da base, obviamente, enfraqueceu a capacidade mobilizadora das estruturas de base do MDM não só para o partido como também para o voto em geral. Num contexto duma visível popularidade do edil, o seu assassinato acabou desmobilizando uma parte importante dos munícipes não só em relação à política, como também a uma eventual eleição. (...)”, **IESE**

“Sem Amurane, Nampula não terá eleições ou não haverá eleições aqui em Nampula, preferimos morrer. “Na verdade, o município de Nampu-

la, como aliás a quase totalidade dos 53 municípios de Moçambique, é constituído por zonas municipais com características diferentes: umas mais urbanizadas que outras e outras ainda, literalmente, rurais onde o serviço municipal de recolha de resíduos sólidos nunca existiu”, **idem**

“Temos o projecto de Descentralização incorporado na Proposta de Lei de Revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique depositado na Casa do Povo. A aprovação (...) será um sucesso para a Democracia moçambicana. Esperamos que tudo saia bem desta vez e que antes do fim do mês de Maio o Parlamento moçambicano aprove”, **Ivone Soares**

“Se nos lembrarmos que há três anos atrás poucos queriam dar ouvidos a discussão sobre a Descentralização e até pessoas chegaram a chamar o nosso Presidente de belicista, acusando-o de pretender dividir o país por exigir a Descentralização, hoje a narrativa é completamente diferente. Já surgem vozes propondo melhorar a proposta existente. Aquele período da nossa história mostra como é que os grandes homens do mundo se revelam fazendo coisas que para uns são impensáveis, mas cujos resultados são um ganho para todo um povo”, **idem**

“Nós moçambicanos temos

de saudar este acordo e a postura do presidente da Renamo e do presidente Nyusi por terem chegado a um acordo porque podiam não ter chegado. Agora, quanto ao conteúdo do acordo, há pontos de avanço e de retrocesso. A eleição dos governadores provinciais é um avanço, apesar da modalidade não ser a melhor porque, da mesma maneira que o presidente da República e do município são eleitos por voto directo, não faz sentido que o governador seja indicado pela bancada majoritária”, **Manuel de Araújo**

“Eleger pessoas, via lista, que tu nem sabes quem são, para depois chegar alguém dizer, por exemplo, que “eu vou escolher o último da lista para ser o presidente do município”, é aldrabar o povo. É uma subversão do propósito do legislador porque a ideia da legislação é descentralizar e descentralizar significa devolver o poder ao dono original que, em democracia, é o povo. Cabe ao presidente Nyusi e à Frelimo explicarem ao povo moçambicano por que eles não querem que os edis sejam eleitos directamente. Porquê a Frelimo não confia no povo?”, **idem**

“Digo com todo o respeito que o STAE pecou e cometeu vários erros, de propósito, para prejudicar também o candidato do MDM, mas o MDM não perdeu por causa disso, perdeu por si próprio, pelos

erros que cometeu da forma como geriu o dossier Amurane. A história repetiu-se e se nós tivéssemos sido menos arrogantes e se tivessem ouvido o nosso conselho, nem teríamos eleições intercalares em Nampula e Mahamudo Amurane estaria vivo e, portanto, teríamos evitado este cenário todo, mas há pessoas que não sabem ouvir e quando as pessoas não sabem ouvir, depois há uma factura. Agora, depois não podem negar essa factura porque toda a decisão que um Homem toma na vida tem um preço”, **ibidem**

“Alguns agentes da PRM continuam a brindar-nos com situações de tratamento degradante e maus tratos, bem como de uso excessivo da força, algumas vezes baleando cidadãos indefesos, alegadamente criminosos que confrontam a polícia”, **Flávio Menete**

“Não posso deixar de me referir à situação de sobrelotação dos estabelecimentos prisionais, com pouco mais de um terço em prisão preventiva e um número considerável de reclusos condenados por penas até dois anos. Em alguns destes estabelecimentos os níveis de sobrelotação são tais que os reclusos fazem escala para dormir, visto que não podem dormir todos simultaneamente. Esta é uma situação grave e desumana, carecendo de medidas corajosas e urgentes de quem de direito”, **idem**



Jornal @Verdade
O Governo de Filipe Jacinto Nyusi, que prometeu construir 35 mil novas habitações para os moçambicanos até 2019, edificou zero casas em 2017, ano em que também foi incapaz de demarcar sequer um único talhão infra estruturado para o seu “patrão”.
<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/65074>



Khossa Mafanissani Aí está mais uma prova de que a Política é sinónimo de mentira em Moçambique, não sei noutros países. A campanha política deveria ser marketing do produto que cada partido é capaz de produzir e fornecer aos seus apoiantes. Se prometeram estas casas até ao tempo referido, teria se pedido o projeto onde tivesse as zonas a construir, o custo das mesmas, a disponibilidade financeira, as

condições de pagamento para os alocados... Agora faço a minha questão aos que depositaram os seus votos neste partido e no seu candidato, o que vão fazer agora? Porque foram enganados! · 1 dia(s)

Zex Micre Micre Entre palavras e ações ha uma grande lacuna. A culpa é daqueles q acreditam cegamente nas mentiras. Na Biblia, essas pessoas sao chamados de tolos, ou malucos · 2 dia(s)

Sacim Adal Reclamam apontam defeitos mas nas próximas eleições são os primeiros nas filas de votação para escolher as mesmas chatices! · 2 dia(s)

Gil Juliao Guiliche Alguém é pago para desviar votos · 2 dia(s)

Horacio Mavila Nós ja xtamos habituados as promessas enganosas do governo da Frelimo. · 2 dia(s)

Fernandinho Alberto Alberto alias,ha um ditado diz assim “a mentira tem pernas curtas” fim da sitaCao, antes d falar pense. · 1 dia(s)

Zex Micre Micre Problema nossos governantes nao sabem prometer. Pra ganhar votos, prometem muitas coisas, mesmo sabendo que o Pais ja atingiu o limite da divida externa! Quando

chegam no final do mandato sem fazer nada, começam desculpar-se dizendo: “O governo sta trabalhar so que o pais é grande.” Mas quando prometiam construir 35 mil habitacoes, o nosso pais tinha a superficie de 100 metros quadrado? Quando é que o Pais ficou grande? A superficie do nosso Pais cresce a cada dia que passa? É preciso primeiro parar, pensar e depois prometer porque nao sao crianças que votam mas sim, adultos, e enganar adulto nao é facil!!! · 1 dia(s)

Khossa Mafanissani Ainda temos 1ano e 9 meses, talvez quer trazerem casas já feitas so faltando mobília. Mais uma brincadeira deste sr! · 1 dia(s)

Francelino Orlando Ringe Política barrata da Frelimo, se engana quem continua votando nesses vira-latas · 2 dia(s)

Bazuca Mugwande Nos ja habituamos a frelimo quando promete nao cumpre · 2 dia(s)

Joao Joao Guerra Assim nas proximas eleicoes vai fazer campanha a prometer oque? · 2 dia(s)

Fernando Elias Nada novo · 2 dia(s)

Caseiro Caseiro Mlambo Mlambo Assim o povo é pra viver debaixo da ponte? · 2 dia(s)

Nacer Rungo Rungo Ta dificil · 2 dia(s)

Teles Mireche país de bananas · 1 dia(s)

Kadinho Kuti Ser político é querer ser imaculado num bordel. · 2 dia(s)

Juizes de instrução criminal acusados de legalizar prisões ilegais

O cumprimento dos prazos de prisão preventiva em Moçambique persiste a ser pontapeado e mantém-se ainda menos favorável a quem por alguma razão encontra-se a contas com a justiça.

Texto: Emildo Sambo

Segundo acusada a Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), determinados juizes de instrução criminal “legalizam prisões ilegais”, por isso, apela aos cidadãos, aos advogados e ao Ministério Público (MP) a tomarem diligências com vista a responsabilizar criminalmente os policiais que prendem gente sem mandado judicial e fora do flagrante delito.

Aquela instituição, cuja uma das atribuições é defender o Estado de Direito, direitos, liberdades e garantias individuais e colaborar na boa administração da justiça, entende que, relativamente às prisões preventivas, “continuamos com situações de aplicação abusiva. Estranho é que entre os juizes de instrução criminal há que legalizam prisões ilegais, o que é, de todo em todo, inaceitável”.

O bastonário da OAM, Flávio Menete, considera que as anomalias e os abusos que ainda estorvam o bom funcionamento das autoridades que lidam com os processos de prisão preventiva não só são intoleráveis, como também fere, gravosamente, o número 1 do artigo 59 da Constituição da República, que estabelece que “...ninguém poder ser preso... senão nos termos da lei”.

A situação parece de tal sorte caricata, pois Flávio Menete chegou a apelar às vítimas de prisão ilegal, bem como aos advogados e magistrados do MP, para agirem no sentido de desencadear processos de responsabilização criminal dos agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM) que prenderem sem mandado judicial, quando não seja em flagrante delito.

Contudo, “constatamos muitas melhorias no tratamento oferecido aos réus nas audiências de julgamento, que já não são obrigados a responder de pé, muitas vezes durante horas. Temos de continuar a lutar para que os juizes que continuam relutantes permitam que os réus respondam sentados, quanto mais não seja em consideração ao princípio da presunção de inocência”, disse o bastonário.

Falando numa sala cheia de profissionais da área e da administração da justiça, durante a abertura do ano judicial, na última quinta-feira (01), Flávio Menete afirmou que, “muito sinceramente, não tem qualquer justificação plausível” a falta de celeridade processual e a marcação de audiências de julgamento para a mesma hora, em desrespeito pelos utentes dos tribunais e demais actores do sistema de administração da justiça.

Zandamela provoca jovens moçambicanos para não deixarem decisão do uso das receitas da exploração dos recursos naturais nas mãos dos políticos



Numa altura em que o Governo de Filipe Nyusi tenta diluir no seu deficitário Orçamento do Estado as mais valias obtidas no negócio entre a Eni e a Exxon, o Professor Doutor Rogério Zandamela provocou os jovens moçambicanos a entrarem “no debate sobre como criar um fundo de riqueza nacional” para “que a utilização das receitas resultantes da exploração dos recursos naturais não renováveis não constitua uma decisão exclusiva dos formuladores de política económica”.

Texto & Foto: Adérito Caldeira

continua Pag. 06 →

Ordem dos Advogados de Moçambique decepcionada com a (dis)função do SERNIC

A Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM) mostra-se equivocada por pensar que o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) funciona devidamente, uma vez que, até finais de Fevereiro passado, enfrentava falta de quadros na sua estrutura, o que deixa muitas interrogações em relação à sua presteza e eficácia na instrução preparatória e às diligências que deviam ser da sua competência, mas que foram efectuadas pela Polícia da República de Moçambique (PRM), a qual tem sido desacreditada por alegadamente realizar detenções arbitrárias.

Texto: Emildo Sambo

Em 2017, aquando da abertura do ano judicial, “referimos que estávamos satisfeitos com o facto de se ter finalmente criado um serviço autónomo da PRM [referia-se ao SERNIC], vocacionada para a investigação criminal. Ficámos convencidos de que o SERNIC estava a funcionar, mas, para o nosso espanto, a instituição quase que só tinha nomeado o director-geral e o director-geral adjunto”, sendo que apenas “em Fevereiro de 2018 foi nomeado o primeiro grupo de dirigentes”, disse o bastonário da OAM, Flávio Menete.

De facto, só no dia 22 de Fevereiro é que o ministro do Interior, Jaime Basílio Monteiro, empossou novos quadros de direcção, entre directores nacionais, provinciais e chefes de departamentos de nível central. O

acto aconteceu mais de um ano depois da criação daquele público de investigação e auxiliar da administração da justiça.

Face a esta situação, Flávio Menete deixou as seguintes perguntas: “afinal com quem é que o director-geral do SERNIC contou em 2017? A instrução preparatória e as diligências” inerentes a este órgão “eram efectuadas pela PRM? Se sim, que poderes tinha a PRM para tanto e qual a validade dos actos de agentes da PRM quando a competência é atribuída por lei ao SERNIC?”

A corporação de causídicos queixa-se igualmente do facto de, no que diz respeito à promoção do acesso à justiça, o SERNIC, o Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP) e a PRM

terem ignorado, há um ano, o pedido de assinatura de memorandos de entendimento para definir as regras a seguir nessa matéria.

Os vidros escuros são “um falso problema”

Relativamente à promoção do respeito pela legalidade, a OAM considerou, também, que a PRM promoveu uma campanha gratuita e ilegal de remoção de películas dos vidros com vidros escuros. E, sem “qualquer fundamento legal”, aplicava multas (...).

“Se fosse proibido ter os vidros escuros”, o Instituto Nacional dos Transportes Terrestres (INATTE) “não teria preparado uma

continua Pag. 06 →

CA PAZ

A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana

Por:

BBM Pin: 2B04949C

WhatsApp: 84 399 8634

ou escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 05 - Zandamela provoca jovens moçambicanos para não deixarem decisão do uso das receitas da exploração dos recursos naturais nas mãos dos políticos

O Governo de Filipe Nyusi incluiu nas receitas do seu Orçamento de Estado (OE) de 2017 os 20,9 mil milhões de meticais de mais-valias provenientes da transferência de 25 por cento da participação na Área 4 da Bacia do Rovuma pela Eni para a Exxonmobil, no entanto o mesmo montante foi contabilizado pela Autoridade Tributária na sua arrecadação do mês de Janeiro de 2018.

Quiçá vendo a tentativa do Executivo de diluir as mais-valias nas deficitárias contas públicas e gasta-lo numas das inúmeras prioridades ou em situações de emergência existentes Rogério Zandamela reabriu o debate sobre o que Moçambique deve fazer com as receitas provenientes da indústria extrativa.

“Considero que o primeiro grande desafio passa por integrar a sociedade civil, com especial destaque para as camadas mais jovens, no debate sobre como criar um fundo de riqueza nacional que permita transformar os ganhos obtidos pela exploração dos recursos naturais não renováveis em geração de recursos renováveis”, disse o Zandamela na sua primeira aula de sapiência numa Universidade moçambicana.

Diante de uma plateia de futuros professores a quem revelou ter começado a sua carreira como académico e ter sido “um estudante profissional” o Governador do Banco de Moçambique chamou atenção de que é “fundamental que a utilização das receitas resultantes da exploração dos recursos naturais não renováveis não constitua uma decisão exclusiva dos formuladores de política económica, usada para resolver necessidades imediatas, mas sim que seja um reflexo das intenções das diferentes esferas da sociedade civil e das comunidades de onde esses recursos são extraídos.”

→ continuação Pag. 05 - Ordem dos Advogados de Moçambique decepcionada com a (dis)função do SERNIC

proposta de decreto para introduzir essa matéria no Regulamento do Código da Estrada”.

De acordo com Flávio Menete, os vidros escuros são “um falso problema”, porque não são eles a causa da criminalidade, nem é por causa deles que os autores não são encontrados”.

Sobre este assunto, o bastonário terminou o assunto identificando um problemas reais mas ignorando pelas autoridades.

Se o INATTER quiser “saber de uma situação que constitui verdadeira alteração das características dos veículos, que cuide de verificar se as viaturas que passaram a ser movidas a gás averbaram tal facto nos respectivos livretes, pois essa sim, é uma característica definida por lei e que não pode ser alterada sem que as autoridades competentes averbem”, disse Menete.



“Assumam que é vosso direito exigir um maior rigor e disciplina dos actuais formuladores de políticas na utilização das receitas de exploração dos recursos naturais”

“E, neste aspecto, quero insistir que vocês, jovens, devem começar a criar agora uma massa crítica activa, sonante e capaz de exigir uma maior participação no processo de definição das regras que vão ditar a utilização das receitas da exploração dos recursos naturais e na escolha do modelo de desenvolvimento mais adequado para o nosso país, que ainda tem muitas necessidades básicas por resolver, mas que tem também de garantir riqueza para as gerações vindouras”, desafiou Zandamela.

Formado primeiro na Universidade Católica, na Itália, com passagem pela Sorbone, na França, e com PHD tirado na Universidade John Hopkins, nos Estados Unidos da América, Rogério Zandamela enfatizou a necessidade dos jovens moçambicanos apropriarem-se do seu futuro, “iniciando agora um trabalho árduo de monitoria activa dos processos de formulação de políticas, de modo a certificar que os vossos interesses estejam reflectidos nas medidas de política a serem implementadas.”

“Assumam que é vosso direito, na qualidade do futuro deste país, exigir um maior rigor e disciplina dos actuais formuladores de políticas na utilização das receitas de exploração dos recursos naturais, garantindo que estes ganhos sejam usados para a construção de infra-estruturas prioritárias para o país, para a geração de capital humano, através de investimentos na educação e tecnologias, que elevem cada vez mais a produtividade da força de trabalho e promovam a criação de recursos renováveis” explicou o Governador do banco central acrescentando que só “assim é que se poderá atingir uma transformação da estrutura produtiva da economia e geração de ganhos e oportunidades para as gerações vindouras.”

“Actual ambiente de negócios é mais orientado para os grandes projectos”

Rogério Zandamela recordou com saudade dos seus tempo de universitário, “foram certamente os anos mais felizes da minha vida (...) porque é um mundo onde a gente pensa, debate, procura a verdade e temos tempo para pensar. O académico, tanto como professor ou aluno, pode dar-se ao luxo de pensar, onde a variável tempo não lhe pressiona tanto como um operador de

políticas onde o tempo é praticamente não existente”.

Na sua introdução Zandamela notou que existem em Moçambique tantos pobres como haviam em 1996, cerca de 12 milhões, que a desigualdade da distribuição do rendimento assim como o produto interno bruto per capita também quase não mudaram ao longo das últimas duas décadas, e que a estrutura económica praticamente não se alterou, com a excepção da indústria extrativa e dos serviços financeiro justamente por causa dos grandes projectos.

Na óptica de Rogério Zandamela o “actual ambiente de negócios é mais orientado para os grandes projectos, cuja pujança financeira e capacidade de negociação lhe permite aceder aos regimes especiais, que facilitam as suas operações, enquanto o remanescente segmento empresarial lida com um ambiente de negócios pouco desenvolvido e com vários constrangimentos.”

“Temos que melhorar o ambiente de negócios para permitir abrir empresas todos os dias e também fechar”

Questionado por um jovem estudante sobre que políticas e incentivos deveriam existir para que a maioria das Pequenas e Médias Empresas em vez de se concentrarem no sector terciário voltassem-se ao sector primário da economia Rogério Zandamela aproveitou para questionar o actual as opções económicas que têm sido tomadas pelos governantes.

“(…) Nós logo depois da independência fizemos uma opção socialista, uma presença do Estado em todo lado, um Estado produtor, um Estado que distribui, um Estado relativamente assistencialista, com o andar do tempo o país mudou e com o conceito de empresa dentro

desse Estado não é o conceito que temos de ter, e muitas vezes noto no debate de comentadores que não houve essa mudança de paradigma. As pessoas pensam empresa empresa mas ainda há a mentalidade do antigamente da empresa que nunca deve desaparecer, da empresa que deve ter o apoio do Estado em subsídios”, questionou.

“O capitalismo que nós optamos, que é a economia liberal, ele tem as suas vantagens mas também tem as suas desvantagens. As empresas na América abrem e fecham todos os dias, bancos pelo mundo fora fecham, é tão fácil. Aqui houve barulho quando tentamos fechar dois bancos, mas francamente eu não tenho problemas. Se um banco pára de cumprir o seu papel na sociedade dentro do plano de negócios combinado tem de fechar, não vamos prejudicar a maioria da sociedade com subsídios para fazer subsistir um banco que não tem razão de ser do ponto de vista da sociedade, só para privilegiar interesses de poucos, porque a empresa fechar. Eu não tenho problemas de consciência sobre isso”, declarou o Professor Doutor hoje Governador do BM.

Zandamela considera que o papel do Estado “é criar um ambiente de negócios favorável para que empresas novas que queiram trabalhar entrem. Não podemos aceitar que empresas se instalaram, que pouco valor agregado trouxeram para a sociedade, se envolvam com toda uma série de interesses e grupos para impedir que novas empresas entrem, não querem concorrência, querem subsídios do Estado, um Estado que não tem dinheiro, onde é que nós vamos parar? É este o conceito de empresas que queremos na nossa sociedade? Se não é temos que melhorar o ambiente de negócios para permitir abrir empresas todos os dias e também fechar aquelas que já não estão a cumprir a sua missão, é esse o fundamento”.

Mundo

Subiu para 38 número de mortos na Europa devido a onda de frio

Pelo menos 38 pessoas morreram no decorrer da última semana nas regiões central e sudeste da Europa devido à onda de frio que marcou temperaturas de até -25 graus centígrados.

Texto: Agências • Foto: AFP

O maior número de vítimas foi registado na Hungria, onde 21 pessoas morreram entre domingo e ontem, informou hoje a ONG Fórum Social Húngaro.

“A maioria das vítimas eram pessoas doentes e idosas, assim como pessoas que viviam na miséria”, indicou a ONG, que detalhou que a maior parte delas morreu dentro de casa por falta de aquecimento.

Na República Checa, oito pessoas morreram nos últimos dias por causa do frio, cinco delas ontem, informou a imprensa checa.

As temperaturas mais baixas do país foram registadas nos Montes Metalíferos, no noroeste do país, onde o termómetro chegou a -25,2 graus.

Quatro pessoas morreram na Eslováquia, enquanto na Roménia foram contabilizadas outras duas mortes por causa do frio.



Nesse país, o mau tempo obrigou as autoridades a tomarem medidas como o fecho das escolas na capital Bucareste e em outras cidades. Além disso, a estrada entre a capital romena e a cidade costeira de Constança teve que ser fechada, à semelhança de outras dezenas de estradas.

Segundo a policia romena, mais de 100 ligações de comboio e 15 voos também foram canceladas.

Na Sérvia, duas pessoas morreram de hipotermia por causa da onda de frio que afecta esta semana o país, que registou hoje temperaturas de 24 graus abaixo de zero. Dois homens, de 49 e 75 anos, respectivamente, foram encontrados mortos em diferentes pontos do leste do país.

Na Eslovénia, um homem morreu de frio na quarta-feira em Maribor, ao ficar inconsciente após cair no chão do quintal da sua casa, para onde tinha saído para cortar lenha, informou a agência “STA”.

Outro homem, de 79 anos, foi encontrado em estado grave por hipotermia na mesma cidade. No nordeste do país, onde fica Maribor, as temperaturas continuam abaixo dos 20 graus negativos.

De acordo com as últimas previsões, a temperatura deve começar a subir a partir do fim de semana.

Sul-africano morto e outro detido na província de Maputo por caça furtiva

Os fiscais da Polícia de Protecção dos Recursos Naturais e Meio Ambiente mataram um suposto caçador furtivo de nacionalidade sul-africana e detiveram outro da mesma origem, durante uma alegada troca de tiros, na semana passada, na província de Maputo, onde, há poucos dias, um outro presumível caçador furtivo caiu nas mãos das autoridades, acusado de envenenar mortalmente 104 abutres protegidos por lei.

Texto: Redacção

O recente caso aconteceu numa área de conservação, no posto administrativo de Ressano Garcia, no distrito de Moamba. A Polícia da República de Moçambique (PRM), que removeu o cadáver do malogrado, não revelou a identidade deste.

O cidadão que contraiu ferimentos num dos braços, em consequência de disparos quando tentava fugir dos fiscais daquela área de conservação, confessou o seu envolvimento no acto e declarou que não era a primeira vez que invadia a zona para abater animais tais como gazela, leopardos e outros supostamente para o consumo.

O visado, que se identificou pelo nome de Themba M., disse que ele e amigo alvejado mortalmente são provenientes de Mpumalanga. A opção pelas áreas de conservação moçambicanas, segundo argumentou, deve-se à alega fraqueza na segurança.

O Comando Distrital da PRM na Moamba disse que o finado e o sobrevivente faziam parte de um grupo de caçadores furtivos que, após ser descoberto, empreendeu uma fuga.

Refira-se que, a 24 de Fevereiro passado, pelo menos 104 abutres de espécies em perigo de extinção foram deliberadamente envenenados por um caçador furtivo, no povoado de Tombine-Sabié, no distrito da Moamba, província de Maputo.

Trata-se de 87 aves de dorso branco e 17 com capuz. A chacina aconteceu na localidade de Mbashene e o indiciado, identificado pelo nome de Nelson Palate Machel, de 62 anos de idade, já está a contos com as autoridades policiais.

Moçambique suspende importação de polony, salsichas e carnes frias de frango da África do Sul para prevenir surto de listeria



As autoridades moçambicanas decidiram suspender esta segunda-feira (05) a importação de alimentos à base de frango processados pelas empresas sul-africanas Enterprise Foods e Rainbow Chicken. Foi igualmente suspensa a comercialização desses produtos no nosso país, na sequência de um surto de listeriose que afecta o país vizinho desde o início de 2017 e já causou pelo menos 176 mortos. Numa altura em que Moçambique está a ser assolado por diarreias e cólera, devido a época chuvosa, o Ministério da Saúde alerta que os sintomas desta doença assemelham-se a diarreia e também a gripe.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 08 →

Cólera faz quatro mortos em Nampula e Cabo Delgado

A cólera, também conhecida como “doença das mãos sujas”, matou pelo menos quatro pessoas e infectou outras 641, de Janeiro a Fevereiro deste ano, nas províncias de Nampula e Cabo Delgado, disse ao @Verdade a chefe do Departamento de Epidemiologia no Ministério da Saúde (MISAU).

Texto: Emildo Sambo

Os casos a que se refere a chefe daquela instituição do Estado, Lorna Gujral, ocorreram de 01 de Janeiro a 25 de Fevereiro passados, no distrito de Memba e nas cidades de Nampula e Pemba.

Em Nampula, a doença eclodiu em dois pontos: o primeiro foi no distrito de Memba, onde foram diagnosticados 87 doentes e dois óbitos.

O segundo foi na terceira maior urbe do país, onde houve 232 pacientes mas, felizmente, sem mortes, disse a nossa fonte.

Na cidade de Pemba, as autoridades de saúde registaram 322 casos e dois mortos.

Há dias, nesta parcela do país, o governador de Cabo Delgado, Júlio Paruque, deplorou a eclosão da cólera e instou as autoridades a envidarem esforços no sentido de estancar o surto.

Segundo ele, que falava num encontro do governo local, era inadmissível uma cidade como Pemba registar a “doença das mãos sujas”. A saúde, o município e as outras instituições deviam arregaçar as mangas para inverter o cenário, até porque, de acordo com Paruque, cada uma delas sabia quais eram as suas atribuições.

Na ocasião, o governante admitiu que a urbe se debate com sérios problemas de sa-

neamento do meio ambiente, em particular de falta de água potável ou que jorre de forma regular em vários bairros.

Ao @Verdade, Lorna Gujral disse os factores de risco por detrás da contaminação e propagação da cólera são as mesmas de sempre: a defecação ao ar livre ou nos rios e o consumo de água contaminada.

Ela explicou que a população ainda recorre a “poços tradicionais não tratados” com certeza e cloro para acarretar água. Mas localmente estão em curso acções visando estancar a doença.

Em relação às outras províncias, a nossa disse que não há sinais de preocupação.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana

Por:

BBM Pin: 2B04949C

WhatsApp: 84 399 8634

ou escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 07 - Moçambique suspende importação de polony e salsichas de frango da África do Sul para prevenir surto de listeria

A África do Sul está à braços, desde Janeiro de 2017, com um surto de uma doença denominada listeriose que infectou 945 cidadãos e causou a morte de pelo menos 176 pessoas no país vizinho. Neste domingo (04) as autoridades locais identificaram, enfim, a fonte da doença numa fábrica de processamento de comida.

“Podemos agora concluir cientificamente que a fonte do surto actual é a fábrica de produção da Enterprise Foods, situada em Polokwane”, disse a jornalista o ministro sul-africano de Saúde, Aaron Motsoaledi.

A fonte referiu ainda que a bactéria causadora da doença também foi encontrada numa outra instalação da Enterprise na cidade de Germiston num outro local de tratamento de frango da companhia Rainbow na província de Free State, ressaltando no entanto que eram necessárias mais provas para determinar a relação com o surto.

Na sequência destas notícias as autoridades veterinárias, responsáveis pela sanidade dos alimentos à base de carne importados para Moçambique, decidiram suspender a importação dos produtos processados à base de frango pelas duas empresas onde a bactéria foi detectada, nomeadamente polony, salsichas e fiambre de frango.

“O que estamos a fazer neste momento é trabalharmos com as empresas que importam para cessarem a importação. O apelo que se faz ao público é não con-

sumir estes produtos, ainda que eles estejam nas prateleiras, evitem o consumo destes produtos e também referir que só a sua conservação ao lado de produtos que não careçam de cozimento antes do consumo a transmissão pode acontecer, aquilo a que se chama contaminação cruzada dentro das nossas geleiras em casa”, declarou Florência Massango, a chefe do departamento de epidemiologia na direcção nacional de veterinária.

“Sintomas desta doenças assemelham-se as diarreias e também a alguns aspectos relacionados com a gripe”

Falando em conferencia de imprensa na manhã desta segunda-feira (05), em Maputo, Florência Massango precisou que “(...) as pessoas que estão mais vulneráveis a contrair a doença ao consumir estes produtos são recém nascidos, crianças pequenas, grávidas, idosos e pessoas com problemas de imunidade deprimida (infectados pelo VIH, cancro ou com problemas de fígado e renais). Mas independentemente da idade o melhor é evitar o consumo destes produtos”.

Já a chefe do departamento de saúde ambiental na direcção nacional de saúde pública, Ana Paula Cardozo Tuzine, tranquilizou os moçambicanos garantindo que “não há registo de casos reportados desta doença em Moçambique”.

A médica explicou que os “sintomas desta doenças assemelham-



-se as diarreias e também a alguns aspectos relacionados com a gripe tais como febre, vômitos e as medidas básicas que devem ser implementadas ao nível da comunidade são as medidas básicas para qualquer diarreia: lavagem das mãos, conservação adequada dos alimentos”.

A doutora Ana Paula alertou a quem tenha adquirido estes produtos para que “sejam retirados e destruídos e é preciso limpar o local onde este produto estava acondicionado com água e sabão e também usar um desinfetante para evitar que haja a contaminação de outros produtos”.

Embora a fonte médica tenha assegurado que o “Ministério da Saúde está alerta e está preparado” apelou aos cidadãos que apresentem os sintomas de listeriose que devem referi-lo ao dirigir-se à unidade sanitá-

ria para que a doença possa ser confirmada através de testes laboratoriais.

No entanto o @Verdade sabe que a maioria das unidades sanitárias existentes em Moçambique não está habilitada a realizar essa confirmação. Um simples teste de confirmação da cólera, doença endémica e que esta assolar algumas províncias do Norte de Moçambique, ainda só é realizado na cidade de Maputo

África do Sul sofre o maior surto de listeriose registado no mundo

Como forma de prevenir uma eventual entrada do surto em Moçambique, para além da suspensão das importações a Inspeção Nacional de Actividades Económicas iniciou “a retirada destes produtos das prateleiras”.

“A INAE vai trabalhar com os quiosques, tascas, restaurantes, hotéis, todos os que comercializam produtos alimentares. Pedimos aos agentes económicos que comercializam estes produtos começassem desde já a retirarem das prateleiras e que também as pessoas não os adquiram”, reiterou a inspetora Angela da INAE central.

A listeriose é uma infecção causada pela bactéria “*listeria monocytogenes*”, que pode provocar abortos em mulheres grávidas e a morte de recém-nascidos.

A bactéria pode ser encontrada, especialmente, em produtos lácteo não pasteurizados, em alguns alimentos processados e, porque pode sobreviver refrigeração e até mesmo o congelamento, os seres humanos devem evitar comer certos alimentos com maior probabilidade de conter a “*listeria monocytogenes*”.

Fonte médica esclareceu ao @Verdade que a bactéria causadora da listeriose pode ser encontrada no solo, na água e em alguns animais, incluindo aves e bovinos. Ao contrário de muitos micro-organismos, a “*listeria monocytogenes*” pode crescer em temperaturas muito frias, mesmo num congelador, embora não sobreviva a altas temperaturas, como cozimento ou pasteurização.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a África do Sul sofre o maior surto de listeriose registado no mundo.

MASC, IESE, CIP e OMR propõem aos doadores restaurar apoio a Moçambique mas por fora do Orçamento de Estado

Quatro organizações da sociedade civil moçambicana, “considerando as proporções de sofrimento da maioria da população que são os pobres”, propõem que os doadores estrangeiros retomem o apoio ao nosso país, mesmo sem o esclarecimento das dívidas ilegais, porém canalizando o seu dinheiro por fora do Orçamento do Governo de Filipe Nyusi.

Texto: Redacção

A Fundação MASC, o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), o Centro de Integridade Pública (CIP) e o Observatório do Meio Rural (OMR) propõem aos Parceiros de Cooperação, “restaurar gradualmente o apoio aos sectores sociais tais como educação, saúde, água e saneamento, não por via do orçamento, na medida em que as pré-condições que permitiram a contratação das dívidas ocultas ainda se mantêm na gestão administrativa e financeira do Estado”.

Num comunicado dirigido aos doadores, que desde a descoberta das dívidas ilegais da Proindi-

cus e da Mozambique Asset Management (MAM) suspenderam o seu apoio directo ao Orçamento de Estado (OE) e cortaram significativamente os apoios que concediam aos sectores sociais, estas organizações da sociedade civil sugerem “condicionar a cooperação e o financiamento para outras áreas da responsabilidade do Estado, a medidas concretas relacionadas com a clarificação de todos os pontos da investigação da Procuradoria-Geral da República (PGR) relativas ao Relatório Kroll”.

Além disso, “sujeitar a utilização dos fundos a um manual de procedimentos administrativos e

financeiros definidos com o Estado, salvaguardando a transparência dos actos públicos e privados associados à utilização desses fundos” e também “sujeitar desembolsos adicionais à verificação e auditoria por entidades especializadas independentes, isto é, certificar que os fundos foram gastos exactamente no acordado e que os bens e/ou serviços foram realmente prestados”.

“Privilegiar em igualdade de condições perante os termos de referência dos contratos de execução, que as actividades a desenvolver no âmbito dos apoios à educação, saúde, água e sa-

neamento, sejam executadas por organizações da sociedade civil do quarto sector, com vocações e mandatos estatutários afins” é outra das propostas do MASC, IESE, CIP e OMR como forma de minimizar o sofrimento do povo moçambicano que tem sido o mais castigado pelas dívidas ilegais.

Ainda sobre as dívidas ilegais, o bastonário da Ordem do Advogado de Moçambique (OAM), Flávio Menete, disse, na abertura do ano judicial, na semana finda, que, relativamente ao processo comumente denominado como o “caso das dívidas ocul-

tas”, constitui um passo importante a remessa de informação ao Tribunal Administrativo.

Contudo, “convenhamos que, para um Processo de Instrução Preparatória identificado como sendo n.º 1/2015, sem arguidos constituídos volvidos três anos, mesmo depois do relatório da Kroll revelar que 500 milhões de dólares norte-americanos tiveram uma aplicação desconhecida, é, no mínimo, estranho. Há necessidade de se tratar este processo com a seriedade que ele merece, sob pena da justiça moçambicana cair num descrédito total”.

Vende-se Gerador DSE 7000 de 330 kVA em Nampula, com poucas centenas de horas de funcionamento.

Ligue para Sílvia 84 420 38 38



Vietnamita detido em Maputo por posse de cornos de rinocerontes

Um cidadão de nacionalidade vietnamita encontra-se a contatarmos a Polícia da República de Moçambique (PRM), desde o último domingo (04), na cidade de Maputo, em consequência de ter sido surpreendido na posse pouco mais de sete quilogramas de cornos de rinoceronte.

Texto: Redacção

O acusado, de 28 anos de idade, foi interpelado no Aeroporto Internacional de Maputo durante o seu registo e verificação da sua bagagem antes de embarcar num avião que tinha como destino a Coreia do Sul, de onde viajaria para o seu país, Vietname.

Nesse processo, as autoridades descobriram que na mala de Nguyen Wen continha quatro cornos de rinocerontes, com o peso acima referido, embrulhado em roupas.

Confrontado com o facto, o suspeito alegou que desconhecia a proveniência do produto. Porém, a mala foi-lhe entregue por um indivíduo que não conhece, o qual pediu para que levasse para o seu país, em troca de uma gratificação de 50 mil meticais.

O jovem não forneceu detalhes sobre a sua conexão com o presumível dono da mala, mas disse que não sabe onde vive e muito menos como localizá-lo. O contacto entre ambos foi alegadamente feito através do Facebook.

Em relação a este assunto, a PRM na capital do país, por via do seu porta-voz, Orlando Modumane, disse que o caso está sob investigação, mas tudo indica estar-se perante um tráfico de recursos faunísticos.

Se tens alguma denúncia ou queres contactar um jornalista



WhatsApp:

84 399 8634



Telegram

86 450 3076



E-Mail

averdademz@gmail.com

Prime Rate volta a baixar em Moçambique mas bancos comerciais mantêm suas taxas “agiotas”



A Prime Rate do Sistema Financeiro voltou a reduzir em Março porém os bancos comerciais que operam em Moçambique teimam em manter as suas altas margens por cada categoria de crédito que vendem obrigando os moçambicanos a pagar taxas de juro idênticas às cobradas pelos agiotas. Equivocadamente o Presidente Filipe Nyusi anunciou durante a sua visita à Suíça que as taxas de juro haviam descido para 18 por cento!

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Arquivo

continua Pag. 10 →

Em menos de uma semana, acidente de viação volta a matar em Tete

O sangue e o infortúnio voltaram a ensombrar a Estrada Nacional número sete (EN7) na província de Tete. Cinco pessoas, das quais uma menina, três mulheres e um homem, cujas identidades não foram reveladas, morreram e outras seis ficaram grave e ligeiramente feridas, devido a um sinistro rodoviário ocorrido na segunda-feira (05), no distrito de Moatize.

Texto: Emílio Sambo

O acidente, envolvendo uma camioneta que transportava batata reno, do distrito de Angónia para a cidade de Tete, aconteceu na localidade de Caphiridzange, onde as lembranças do trágico sinistro, resultante da explosão de um camião-cisterna, do qual as vítimas retiravam combustível, em Moatize, continuam bastante vivas, mesmo volvido mais de um ano.

Dos seis feridos, três contraíram traumas graves e até ao fecho desta edição permaneciam sob cuidados médicos.

As vítimas faziam-se transportar sobre a carga que tinha como destino alguns mercados de Tete. Ao chegar numa descida acentuada, o condutor apercebeu-se de que a viatura já não travava. Tentativas de evitar o pior redundaram em fracasso.

Na sequência, a camioneta despistou e capotou. A Polícia da República de Moçambique (PRM) fez-se

ao local e concluiu que problemas mecânicos foram a principal causa da tragédia.

Para além deste problema, Inácio Dina, porta-voz do Comando-Geral da PRM, apontou que foram desrespeitadas as regras elementares de condução.

“A viatura não estava em condições mecânicas para se fazer à via pública”, sobretudo para “fazer o transporte de carga pesada”, disse o agente da lei e ordem, respondendo a uma pergunta do @Verdade, durante o habitual briefing à imprensa.

Inácio Dina recordou-se do outro acidente também ocorrido em Tete, na EN7, a 28 de Fevereiro último, o qual causou quatro óbitos e dezenas de feridos.

O sinistro, do tipo despiste e capotamento, numa curva ligeiramente acentuada, a menos de três quilómetros do terminal, envolveu um

autocarro da transportadora de passageiros Linhas Terrestres de Moçambique (LTM), que partiu de Maputo.

A questão da sinistralidade rodoviária continua “preocupante. Queríamos reiterar o nosso vigoroso apelo aos condutores”, porque eles é que “têm a maior responsabilidade na via pública”, disse o porta-voz do Comando-Geral da PRM.

Segundo ele, as multas aplicadas pela Polícia de Trânsito (PT) em caso de violação das normas de condução não bastam e não são satisfatórias para estancar o derreamento de sangue e luto nas estradas, porque os acidentes têm como principal causa o “comportamento humano”.

Neste contexto, Inácio Dina apelou aos condutores para que reflectam em torno das pessoas morrem por conta de carros e pensem ainda nos sobreviventes que, vezes sem conta, contraem lesões irreversíveis.

Diga-nos quem é o XICONHOCA da semana

Por:

BBM Pin: 2B04949C

WhatsApp: 84 399 8634

ou escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 09 - Prime Rate volta a baixar em Moçambique mas bancos comerciais mantêm suas taxas “agiotas”

Quiçá animado pela retórica do Governador do Banco de Moçambique o Presidente da República anunciou durante a sua visita à Suíça que as taxas de juro nos bancos nacionais haviam descido para 18 por cento. A “trupe” de empresários que o acompanhou, sempre prontos a enaltecer o Executivo para manter a “mama” dos negócios estatais, saudou efusivamente como sendo uma “notícia apetecível que estávamos a espera”, “um sinal muito positivo” e houve mesmo quem disse ser o “princípio de uma nova era”.

Efectivamente a taxa única de referência para as operações de crédito de taxa de juro variável do sistema financeiro moçambicano, denominada Prime Rate, baixou pelo quarto mês consecutivo mas apenas para 25,5 por cento durante o mês de Março, depois de ter fechado o ano de 2017 em 27,25 por cento.

AMB ASSOCIAÇÃO MOÇAMBICANA DE BANCOS

COMUNICADO DE IMPRENSA

No quadro do acordo sobre o Indexante Único assinado a 17 de Maio de 2017, entre o Banco de Moçambique (BM), a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) e todas as instituições de crédito que operam no mercado moçambicano, a AMB conjuntamente com o BM vêm por este meio comunicar às Instituições de Crédito e ao público em geral que a **Prime Rate que vigorará no mês de Março de 2018 é de 25,50%, a qual foi apurada** conforme a tabela abaixo indica:

Descrição	Taxa
Indexante Único	19,50%
Prémio de Custo	600 p.p.
Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano	25,50%

O Indexante Único é a taxa média ponderada pelo volume das operações efectuadas no MMI à taxa MIMO, nas operações *repo/verse repo* em que intervêm o BM, e às taxas das operações de cedência e tomada de liquidez entre os Bancos Comerciais, no período compreendido entre o dia 16 do mês anterior e o dia 15 do mês em que se faz o respectivo cálculo. São consideradas no cálculo do indexante único, apenas as operações contratadas no MMI para o prazo *overnight* (prazo de vencimento de 1 dia útil).

MIMO (taxa de juro de Política Monetária) é a taxa de intervenção do BM no Mercado Monetário Interbancário (MMI) fixada pelo Comité de Política Monetária (CPMO) do BM. A taxa MIMO actualmente em vigor é de 18,00% conforme estabelecido pelo CPMO na sua sessão de 26/02/2018.

No período em referência, a taxa média ponderada das operações do MMI, que resulta das operações de cedência/absorção de liquidez em moeda nacional entre as Instituições de Crédito e estas com o BM ao prazo de um (01) dia, esteve ao nível de **19,46%**.

O Prémio de Custo é a margem que reflecte o risco de mercado e de liquidez do sistema financeiro moçambicano e que é adicionado ao Indexante Único para constituir a Prime Rate do Sistema Financeiro, sendo estabelecido e revisto mensalmente pela AMB.

A Prime Rate do Sistema Financeiro Moçambicano é a taxa única de referência para as operações de crédito de taxa de juro variável do sistema financeiro moçambicano, sendo a soma do Indexante Único e do Prémio de Custo. Esta taxa aplica-se às operações de crédito contractualizadas (novas, renovações e renegociações) entre as Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, com os seus Clientes, acrescida de uma margem (*spread*), que será adicionada ou subtraída à Prime Rate, mediante a análise de risco de cada categoria de crédito ou operação em concreto.

As Instituições de Crédito deverão amplamente divulgar aos seus clientes e ao público em geral as margens (*spread*) a aplicar em cada categoria de produto de crédito nas suas operações.

PROTECTORADO A INICIATIVA FINANCEIRA E A INFLUENCIAR DO MÉRITO

Contudo, esta taxa que serve de base para os créditos que os bancos comerciais vendem é somada às margens que cada instituição financeira cobra (spread máximo de risco de crédito) por cada categoria de produto de crédito e o resultado é que determina a taxa de juro que efectivamente é cobrada aos moçambicanos que pedem dinheiro emprestado.

O facto é que as margens que os principais bancos co-

merciais cobram, e que se somam à Prime Rate, não mudaram desde que o banco central impôs alguma transparência no estabelecimento das taxas de juro, em Julho de 2017.

Por exemplo o @Verdade verificou que o líder do mercado, o Banco Comercial e de Investimentos, cobrava uma margem máxima de 9,5 por cento no leasing/factoring, 6,5 por cento no crédito à habitação, 12,5 por cento no crédito ao consumo e 11,5 por cento nos empréstimos até 1 ano ou acima de 12 meses. Spreads iguais aos que cobra actualmente e que colocam a taxa de juro leasing/factoring nos 35 por cento, do crédito à habitação em 32 por cento, do crédito ao consumo em 38 por cento, e dos empréstimos a 37 por cento.

AMB ASSOCIAÇÃO MOÇAMBICANA DE BANCOS

COMUNICADO DE IMPRENSA

No quadro do acordo sobre o Indexante Único assinado no dia 17 de Maio de 2017, com a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) e todas as Instituições de Crédito que operam no mercado moçambicano, o Banco de Moçambique (BM) vem, por este meio, comunicar ao mercado e público em geral, as **margens (spread máximo de risco de crédito) por cada categoria de produto de crédito em vigor nas Instituições de Crédito que vigorará no mês de Março de 2018** conforme indicadas na tabela abaixo.

Spread Máximo de Taxas de Juro praticadas pelos Bancos Comerciais para a Categoria de Crédito a ser adicionada à Prime Rate

Instituição	Leasing/ Factoring	Crédito à Habitação	Crédito ao Consumo	Empréstimos de Curto Prazo (prazo de até 1 ano)	Empréstimos de Longo Prazo (prazo acima de 1 ano)
1. BCI	9.50%	6.50%	12.50%	11.50%	11.50%
2. Millennium BIM	10.00%	8.00%	12.00%	10.00%	11.00%
3. Standard Bank	5.50%	3.25%	11.25%	11.25%	10.25%
4. Barclays Bank	5.00%	2.75%	10.75%	7.00%	8.00%
5. Banco Único	9.50%	6.00%	9.50%	9.50%	9.50%
6. Moza Banco	10.00%	7.00%	11.00%	10.00%	10.50%
7. FNB	7.25%	7.50%	11.75%	11.75%	10.50%
8. Banco ABC	-	3.00%	7.75%	7.50%	7.75%
9. LETSEGHO	-	-	24.25%	24.25%	21.85%
10. BNI	-	-	-	8.00%	8.00%
11. Societé Generale	-	6.00%	10.00%	10.00%	8.00%
12. Banco Terra	-	4.00%	8.00%	5.00%	6.00%
13. ECOBANK	-	-	10.00%	10.00%	10.00%
14. CPC	-	-1.00%	1.00%	-14.00%	-0.50%
15. Banco MAIS	-	10.00%	10.00%	8.00%	10.00%
16. Capital Bank	8.00%	6.00%	8.00%	8.00%	9.00%
17. United Bank	8.00%	8.00%	10.00%	13.00%	14.00%
18. Banco BIG	-	-	-	10.00%	-
19. Opportunity Bank	-	-	46.25%	46.25%	46.25%
20. Banco Socremo	-	42.25%	42.25%	42.25%	40.25%

i) Variações Negativas: Opportunity Bank (1.75 pp. relativo ao crédito ao consumo, aos créditos de curto e longo prazos);
ii) Variações Positivas: Moza Banco (0.5 pp. relativo ao Leasing/Factoring)
iii) pp. significa pontos percentuais
iv) Spread de crédito é a margem praticada por cada Instituição de Crédito ou Sociedade Financeira nas operações de crédito contractualizadas com cada cliente, mediante análise de risco do mesmo e da operação em causa. Adicionado ou subtraído à Prime Rate do Sistema Financeiro, perfaz a Taxa de Juro Variável de cada operação individual.

Maputo aos 28 de Fevereiro de 2018

PROTECTORADO A INICIATIVA FINANCEIRA E A INFLUENCIAR DO MÉRITO

Também o Millenium Bim mantém as mesmas margens de Julho de 2017 que hoje, mesmo com a descida da Prime Rate, cifram a taxa de juro do leasing/factoring em 35,5 por cento, o crédito à habitação vendem a 33,5 por cento, o crédito ao consumo taxam a 37,5 por cento, o empréstimos até um ano a 35,5 por cento e o empréstimos a mais de 1 ano em 36,5 por cento.

Já o Standard Bank reduziu de 10,25 por cento para 5,5 por cento o seu spread e vende o leasing/factoring

a 31 por cento. As outras margens mantêm-se inalteradas há pelo menos 7 meses taxando o crédito à habitação 28,75 por cento, o crédito ao consumo e o empréstimo até 1 ano a 36,75 por cento e o empréstimo a prazo superior a 1 anos cobra 35,75 por cento.

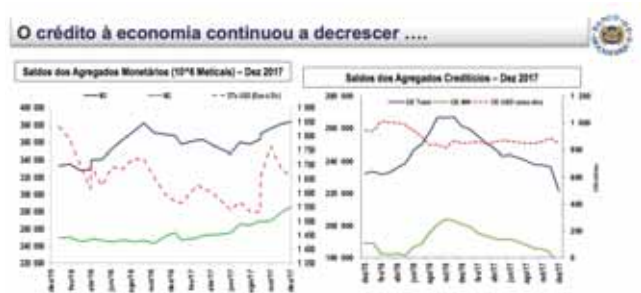
Portanto os bancos comerciais que dominam cerca de 70 por cento do sector financeiro moçambicanos não alteraram as margens e cobram quase tanto quando os agiotas do mercado!

“Enquanto o crédito ao sector privado caiu o crédito para o sector público aumentou”, governador do Banco de Moçambique

Mas o @Verdade verificou que os bancos vocacionados aos pobres, de microfinanças, fazem ainda pior. O LETSEGHO não alterou nenhum dos seus spreads e cobra 49,75 por cento no crédito ao consumo e para empréstimo até 1 ano, para empréstimo com prazo superior taxa 47,35 por cento.

O banco Socremo embora tenha reduzido as suas margens as suas taxas de juro são ainda altíssimas. O crédito à habitação custa 67,75 por cento, tão caro quanto o crédito ao consumo ou um empréstimo até 1 ano. O empréstimo há mais de 1 ano custa 65,75 por cento.

Note-se que embora o Governador do Banco de Moçambique tenha afirmado que Moçambique está a sair da crise Rogério Zandamela também disse no passado dia 26 que “o crédito à economia continua a decrescer” e explicou que o crédito tem sido absorvido quase na totalidade pelo Estado, “enquanto o crédito ao sector privado caiu o crédito para o sector público aumentou”.



Aliás grande parte desse crédito ao sector público é concedido em forma de Títulos do Tesouro que têm rendido biliões aos bancos comerciais graças justamente as elevadas taxas de juro. Enquanto os moçambicanos sofrem com a crise o BCI, o MBIM e o Standard Bank ganharam mais de 9 biliões de meticais em lucros.

Governo planeia reassentar mais de 1.700 famílias da lixeira de Hulene

O Governo diz que está em curso um plano de reassentamento de 1.750 famílias que se encontram nas cercanias da lixeira de Hulene, na cidade de Maputo, que na madrugada de 19 de Fevereiro passado colapsou devido à chuva e causou a morte de 16 pessoas. O programa está orçado em pouco mais de 99 milhões norte-americanos, menos do que o Executivo gastou na amortização das dívidas ilegais.

O trabalho para o efeito será desenvolvido em três fases cujas datas de início e término de cada uma delas não foram reveladas.

Na semana finda as autoridades começaram as deitar abaixo algumas residências que estão nas proximidades daquela lixeira e referiram ter já identificado o terreno onde algumas famílias serão reassentadas. Pelo menos 300 famílias vão para Possulane, no do distrito de Marracue-ne, província de Maputo.

Na primeira fase do plano desenhado pelo Executivo, segundo Ana Comoana, porta do Governo nas sessões do Conselho de Ministro, abrange 400 famílias e está orçada em 21 milhões e 133 mil de dólares.



Neste processo, serão abertas as vias de acesso, instalados equipamentos sociais, construídas casas e promovidos projetos de geração de renda para as

famílias.

Na segunda fase, explicou a governante – que também é vice-ministra do Turismo e da Cultu-

ra – serão investidos 29 milhões de dólares para a transferência e o reassentamento de 500 famílias, enquanto a última fase abrangerá 850 famílias e vai consumir 49 milhões de dólares.

Este montante que o Governo de Filipe Nyusi está a mobilizar é inferior aos mais de 200 milhões de dólares norte-americanos que gastou, só em 2016, na amortização dos empréstimos ilegais da Proindicus e EMATUM.

O plano de reassentamento já está em curso, devendo terminar só quando todos os objectivos para os quais foi concebido tiverem sido alcançados, disse Ana Comoana, sem precisar datas.

Ela pronunciou-se igualmente

sobre a construção do propalado aterro sanitário, no município da Matola, cujas obras não comecem. Desta vez, pretende-se que a construção inicie ainda este ano e termine em 2019.

Importa salientar que, no Plano Económico e Social (PES) do Executivo para 2017, estavam planificadas, no âmbito do Fomento à Habitação, a construção de 1.264 casas, sendo 64 apartamentos em Maputo, 400 em Cabo Delgado, 400 na Zambézia, 400 em Tete, assim como demarcar e criar infra-estruturas em cerca de 1.400 talhões.

Contudo, o @Verdade apurou que nenhuma casas foi edificada, no ano passado, assim como nenhum talhão infra-estrutura do foi demarcado.

Briga termina em morte na Beira e Polícia prende quatro suspeitos

Um homem morreu durante uma discussão por conta da disputa de uma garrafa de cerveja, na cidade da Beira, província de Sofala. O episódio envolveu o irmão do malogrado e três supostos amigos, na zona da Praia Nova.

Texto: Redacção

Os quatro indivíduos, por sinal pescadores, encontram-se a ver o sol aos quadradinhos na primeira esquadra da Polícia da República de Moçambique (PRM), acusado de homicídio.

A contenda, segundo a corporação, iniciou quando os quatro indiciados arrancaram da vítima uma garrafa de cerveja, tendo este ido atrás para reaver o que lhe pertencia.

Na sequência, um dos cidadãos ora encerrados partiu a garrafa e com recurso à mesma desferiu duros golpes e fatais no tórax do finado.

Os indiciados não assumem que assassinaram o cidadão e alegam que ele se feriu mortalmente com a referida garrafa após partir-se.

A justificação não convence a Polícia, que afirma que a vítima foi agredida fisicamente e de seguida assassinada.

Dos quatro indivíduos, alguns imobilizaram o malogrado no sentido impedir a sua reacção e, de seguida, um deles partiu a garrafa e espetou-lhe no abdómen, disse a PRM, ajuntando que os visados traziam consigo também uma faca.

Sarampo e rubéola preocupam o MISAU, que exorta as famílias a levarem os filhos à vacinação

O sarampo, uma doença infecciosa e bastante contagiosa, comum na infância, ainda constitui um problema de saúde pública em Moçambique, tendo infectado mais de 90 mil pessoas, das quais 50% crianças com mais de 24 meses de idades, nos últimos sete anos. Para reduzir a incidência desta doença, bem como da rubéola, o Ministério da Saúde (MISAU), vai realizar, entre Abril e Maio próximos, em todo o país, uma campanha de vacinação abrangendo 12 milhões de crianças com idades compreendidas entre seis meses e 14 anos.

Texto: Emildo Sambo

continua Pag. 12 →

Combate a Corrupção tem sido condicionado em Moçambique por falta de dinheiro



Há quatro anos que o Combate a Corrupção em Moçambique é feito sem um Plano Estratégico, o último findou em 2014 e a falta de dinheiro ditou que o novo Plano só fosse lançado esta quarta-feira (07). A directora do Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) enfatizou a necessidade de dotar a instituição “de recursos humanos, materiais e financeiros suficientes”, quicá em alusão aos cortes orçamentais que a instituição tem sofrido para o seu funcionamento e investimento. Intervindo na cerimónia o Presidente da República disse que a instituição “deve ser criativa” para trabalhar sem os fundos que precisa.

Texto: Adérito Caldeira • Foto: Presidencia

continua Pag. 12 →

Falta de informação e “barulho” em torno do reassentamento em Afungi reduziram, segundo a Coligação sobre Indústria Extractiva

O reassentamento dos residentes da península de Afungi, no distrito de Palma, província de Cabo Delgado, onde será instalada a fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL) e infra-estruturas afins, já não decorre num ambiente de conflito e oposição declarada. O ruído que no início caracterizava as relações entre as autoridades locais, as famílias a serem reassentadas e a Anadarko parece estar a dissipar-se. Melhorou sobremaneira a articulação entre as comunidades afectadas pelo empreendimento e o Governo, bem como com aquela multinacional, que, porém, ainda detém ilegalmente um Direito do Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) cuja área é estimada em aproximadamente 7.000 hectares, de acordo com a Coligação Cívica sobre Indústria Extractiva (CCE).

Texto & Foto: Emildo Sambo

A organização disse à imprensa, nesta quarta-feira (07), em Maputo, que, apesar de reconhecer os esforços empreendidos pelo Governo e pelas empresas que têm interesses naquele ponto do país, para “melhorar os processos com vista a eliminar irregularidades e assegurar a implantação correcta” daquele “importante empreendimento económico”, não faz sentido que o projecto exista com um DUAT ilegal.

Tomás Viera Mário, do Centro de Estudos e Pesquisa de Comunicação SEKELEKANI – uma das cinco agremiações que integram a CCE – afirmou que é necessário que o Executivo tome medidas para, de forma definitiva e nos



termos da lei, “sanar as ilegalidades que continuam a prejudicar a qualidade do processo de ocupação de terras pelo projecto,

mantendo o Estado em situação de ilegalidade e manchando a licença social da empresa”.

continua Pag. 12 →



A verdade em cada palavra.

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana

Por:

BBM Pin: 2B04949C

WhatsApp: 84 399 8634

ou escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

→ continuação Pag. 11 - Combate a Corrupção tem sido condicionado em Moçambique por falta de dinheiro

Desde que Filipe Nyusi assumiu a governação de Moçambique que a corrupção tem aumentado, assim o indica a Transparência Internacional, por ventura relacionado com os cortes orçamentais que a instituição que tem a missão de combater este mal tem sofrido.

No último ano da governação de Armando Guebuza findou o 1º Plano Estratégico do GCCC com várias actividades por realizar, dentre as mais evidentes a não presença da instituição em todas as capitais provinciais.

Criado em 2004 o Gabinete Central de Combate à Corrupção está presente apenas nas cidades de Maputo, Beira, Nampula e Inhambane.

O seu 1º Plano Estratégico referia que para garantir o cumprimento das metas então traçadas constituía “factor importante a disponibilização dos recursos financeiros, de forma regular e estável” e projectava em 30,8 milhões de meticais a dotação orçamental anual necessária para o funcionamento pleno no ano de 2014. O @Verdade apurou que nesse ano o GCCC recebeu apenas 25,2 milhões de meticais para o seu funcionamento.

Em 2015 o orçamento para o funcionamento subiu para 30,5 milhões de meticais contudo, devido a crise, despoletada pelo provavelmente maior caso de corrupção da



nossa história, em 2016 foram disponibilizados somente 23,3 milhões e o @Verdade descortinou que a verba subiu ligeiramente para 25,2 milhões no ano de 2017.

Falta de dinheiro atrasou durante quatro anos novo Plano Estratégico

Discursando no lançamento do 2º Plano Estratégico (PE) a directora do Gabinete Central de Combate à Corrupção, Ana Maria Gemo, afirmou que constituem objectivos estratégicos “ampliar a estrutura orgânica do GCCC, ampliar a acção do GCCC no território através de criação de gabinetes provinciais, rever o quadro de pessoal, desenvolver programas de difusão de políticas, estratégias, competências do GCCC, para conhecimento generalizado da instituição, concluir as obras iniciadas

dos edifícios dos gabinetes provinciais de combate à corrupção, melhorar as condições de trabalho dos magistrados do MP e agentes do SERNIC e auditores e dotar o GCCC de recursos humanos, materiais e financeiros suficientes para a implementação do PE”.

Para a materialização do 2º Plano Estratégico do GCCC, “os custos de implementação para os cinco anos estão avaliados em 545 milhões, setecentos e quinze mil e vinte e cinco centavos”, acrescentou Ana Maria Gemo.

No entanto o @Verdade sabe que a este montante de implementação do 2º Plano Estratégico somam-se os custos de funcionamento que a instituição quantificou em 146 milhões este ano, porém no Orçamento de Estado de 2018 foram inscritos apenas 42,4 milhões de meticais.

Actualmente trabalham nesta instituição, que é suposto combater e prevenir a corrupção num dos mais corruptos países do mundo, apenas 17 magistrados, 20 investigadores do Serviço Nacional de Investigação Criminal, três auditores, 26 oficiais de justiça, 6 assistentes de oficiais de justiça e 43 funcionários que desempenham outras actividades de apoio.

O @Verdade apurou ainda que o Gabinete Central de Combate à Corrupção precisa para o seu funcionamento de 165,9 milhões em 2019, 191,9 milhões em 2020, 207,7 milhões em 2021 e 224,3 milhões de meticais em 2022.

Questionada pelo @Verdade sobre o que ditou a espera de quatro anos para a elaboração do novo PE a directora do Gabinete Central de Combate à Corrupção declarou que “tem a ver com as condições, como calculam elaborar um Plano envolve custos era preciso mobilizar os fundos necessários”.

União Europeia garante apoio independentemente das dívidas ilegais

Intervindo na cerimónia, que ironicamente aconteceu na sala de conferências que ostenta o nome do arquitecto do provavelmente maior caso de corrupção da nossa história, o Presidente Filipe Nyusi voltou a fazer um

discurso recheado de boas intenções sobre o combate a corrupção mas sobre o dinheiro que o GCCC precisa declarou que a instituição “deve ser criativa” para trabalhar sem os fundos que precisa.

No entanto o encarregado de negócios da delegação da União Europeia no nosso país assinalou a necessidade do Executivo aumentar a sua alocação orçamental para o GCCC, “um por cento é pouco” disse Stergios Varvaroussis revelando no que a instituição que representa tem disponíveis mais de 750 milhões de meticais para acções de combate a corrupção, apoio que acontecerá independentemente da suspensão do apoio ao Orçamento do Estado, devido as dívidas ilegais.

Fazem ainda parte dos objectivos estratégicos do Gabinete Central de Combate à Corrupção a revisão legislativa para “privilegiar punições com multas pesadas, reposição integral dos valores nos crimes de peculato e concussão, como medida complementar à pena de prisão efectiva, prever a figura do arresto ou apreensão preventiva de bens, nos casos de crimes de corrupção, peculato e concussão e nos crimes conexos e afastar a possibilidade de suspender as penas de prisão nos casos de crimes de corrupção, peculato e concussão e conexos”, segundo Ana Maria Gemo.

→ continuação Pag. 11 - Sarampo e rubéola preocupam o MISAU, que exorta as famílias a levarem os filhos à vacinação

O sarampo e a rubéola são enfermidades parecidas, transmitidas de pessoa para pessoa através da tosse, dos espirros, fala ou respiração e são de fácil contágio quando as medidas de prevenção não são observadas.

Na fase inicial, os sintomas do sarampo, por exemplo, são a febre acompanhada de tosse persistente e irritação ocular. A posterior aparecem manchas avermelhadas no rosto e pode progredir para uma pneumonia, convulsões e olhar fixo, lesão cerebral e morte em caso de o doente não encaminhado ao hospital.

Nesta quarta-feira (07), Lídia Chongo, porta-voz do MISAU, disse à imprensa que, pela primeira, as autoridades vão administrar no grupo alvo a vacina combinada [contra o sarampo e a rubéola] que imuniza o vírus, sobretudo em petizes que vivem nas zonas rurais.

A campanha de vacinação vai decorrer em fases: a primeira terá lugar de 09 a 15 de Abril deste ano, nas províncias do Niassa, de Cabo Delgado, de Nampula e da Zambézia.

A segunda etapa vai decorrer de 21 a 25 de Maio em Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e na cidade e província de Maputo.

Lídia Chongo justificou a realização da campanha em período diferentes com a “insuficiência de meios materiais, humanos e transporte” para cobrir todo o país.

De acordo com ela, a vacinação de petizes de seis meses a 14 anos de idade deve-se ao facto de a “vacinação de rotina não ter atingido coberturas que permitem interromper a transmissão da doença”.

Ademais, muitas crianças com mais de cinco anos podem não ter sido vacinados na infância e são susceptíveis de contrair a doença, bem como porque há necessidade de assegurar que as crianças infectadas não sejam fonte de contaminação das mais novas.

As brigadas e/ou os técnicos de saúde estão presentes nas comunidades, escolas e unidades sanitárias, disse a responsável daquela entidade do Estado.

→ continuação Pag. 11 - Falta de informação e “barulho” em torno do reassentamento em Afungi reduziram, segundo a Coligação sobre Indústria Extractiva

Por sua vez, Fátima Mimbire, do Centro de Integridade Pública (CIP), comentou que o que se pretende é que o Governo cumpra o que a lei estabelece e faça uma expropriação prévia da terra (...).

“Já houve uma auditoria jurídica que confirmam essa ilegalidade. Temos vindo desde o início do processo a encorajar o Governo para que corrija essa lacuna” mas até agora não o fez (...), disse Tomás Viera Mário, secundando por Fátima Mimbire, nos seguintes termos: o problema perdura desde 2012 e voltou a ser tema de debate, no sentido de “puxar as orelhas” do Executivo, entre 2015 e 2016. “Tivermos garantias de que alguma coisa estava a ser feita” mas tudo leva a crer que tal não passou de uma promessa (...).

No que diz respeito ao reassentamento em Palma, a CCE garante que está a decorrer de forma “eficaz, aberta, transparente” e melhorou a articulação entre os as comunidades e autoridades envolvidas na materialização do empreendimento.

Todavia, pese embora o envol-

vimento e a participação das comunidades afectadas pelo projecto seja satisfatório, ao olhos das cinco organizações da sociedade civil que, de 28 de Janeiro a 02 de Fevereiro passados escalaram a península de Afungi e a cidade de Pemba, no terreno continuam por melhorar o acesso à informação sobre o “conteúdo e calendário de implementação do plano de reassentamento e a actualização do registo do património de cada agregado familiar, com o cálculo atempado do respectivo valor”.

Na sua deslocação a Palma, as agremiações visitaram as aldeias de Milamba 1, Maganja, Quitupo, Senga e Palma-Sede e manteve encontros com as estruturas administrativas.

Das demais constatações feitas, ocorre que é preciso igualmente melhorar o processo de atribuição de machambas substitutas às famílias a serem reassentadas, assegurar informação de qualidade sobre garantias de acesso a meios de vida após perda de bens e transferência das mesmas famílias para novas zonas de resi-

dência, comunicação clara sobre a forma de acesso e do funcionamento do mecanismo de gestão de reclamações e as opções sobre para onde transferir a comunidade pesqueira de Milamba 1. Esta é uma comunidade dentro de Quitupo, que vive da pesca e com características próprias de vida que não estão a ser levadas em conta, segundo explicou Fátima Mimbire.

Os expedicionários recomendam ao governo que, entre outras acções, “desenvolva mais esforços no sentido de encontrar soluções mais consensuais sobre a transferência da comunidade pesqueira de Milamba 1” e trabalhe no sentido de “tornar os critérios de compensação em terras ou machambas, aos agregados e indivíduos a serem transferidos das suas zonas de origem, mais justos e equitativos”.

Integram a CCE, o CIP, o Centro Terra Verde (CTV), o Centro de Estudos e Pesquisa de Comunicação SEKELEKANI, o Conselho Cristão de Moçambique (CCM) e a Associação Juventude, Desenvolvimento e Ambiente KU-WUKA-JDA.

SADC aprova implementação do programa de Trabalho

Os Ministros que superintendem as áreas de Trabalho e Emprego da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) aprovaram a implementação efectiva do Programa do Sector do Trabalho e Emprego, no âmbito do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento da SADC (RISDP).

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

A decisão foi tomada no decurso da Reunião dos Ministros do Trabalho e parceiros sociais (empregadores e sindicatos) da SADC que teve lugar nos dias 1 e 2 de Março corrente, na cidade sul-africana de Cape Town.

Moçambique fez-se representar por uma delegação chefiada pela ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo, que integrava os representantes dos parceiros sociais, CTA, OTM-Central Sindical e CONSILMO.

A abertura da reunião contou com a presença do Chefe do Estado sul-africano Cyril Ramaphosa e teve como agenda passar em revista o grau de implementação das decisões da última reunião, que teve lugar no Reino da Suazilândia, a adopção de uma declaração reafirmando o compromisso de implementação efectiva do Programa do Sector do Trabalho e Emprego no âmbito do Plano



Estratégico Indicativo de Desenvolvimento da SADC (RISDP), o debate sobre os desenvolvimentos recentes no mercado laboral da comunidade, bem como a adopção das prioridades do sector para o próximo ano.

De referir que o RISDP têm seis prioridades: o Sistema de Informação do Mercado do Trabalho que, em Moçambique, é implementado pela Direcção Nacional de Observação do Mercado do Trabalho e que tem como objectivo reportar o quadro geral do comportamento

dos diversos indicadores e acções que influenciam a variável emprego em diferentes períodos, tanto do lado da procura assim como da oferta.

A Portabilidade das prestações de segurança social, sob auspícios do Instituto Nacional de Segurança Social; o Estabelecimento de centros de excelência e de especialização nos sectores-chave de coo-

peração, incluindo produtividade; o Programa de Emprego decente da SADC (2013-2019); Política de Migração Regional e a implementação do Protocolo do Trabalho e Emprego da Região.

A anteceder o debate das matérias agendas para a reunião, os ministros participaram num simpósio que discutiu os desafios de migração laboral e trabalho decente nas cadeias globais de abastecimento e o lançamento do projecto de compêndio da legislação laboral da SADC.

Desporto

Moçambola: Standard Bank apela à postura de Fair Play

A abertura do Moçambola 2018, no último sábado, 3 de Março, em Chibuto, foi marcada por apelos do Standard Bank e da Liga Moçambicana de Futebol (LMF) ao Fair play, verdade desportiva e pontaria dos atacantes para que o campeonato seja repleto de golos.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Na cerimónia, que antecedeu ao jogo inaugural entre o Clube de Chibuto e o Desportivo de Nacala, o membro do Conselho de Administração do Standard Bank, António Macamo, falando em representação dos patrocinadores, apelou aos clubes e adeptos a pautarem por uma postura de Fair play, de modo a evitar que os estádios se transformem em "campos de batalha".



Os apelos de António Macamo foram também extensivos aos árbitros, que "devem deixar que os jogadores sejam o centro das atenções, pois só assim é que estarão a prestigiar este campeonato, pautando por uma postura de rigorosidade e integridade na realização do vosso trabalho".

Na ocasião, António Macamo explicou que o investimento do Standard Bank, parceiro mais antigo do Moçambola, data desde 2009. A fonte frisou que o banco já canalizou mais de 70 milhões de Meticals ao campeonato, com o objectivo único e exclusivo de

engrandecer o futebol nacional.

"Tudo que fazemos no Moçambola é para inspirar as gerações vindouras, criar bases para que Moçambique chegue aos melhores palcos do futebol mundial e, acima de tudo, para proporcionar momentos de alegria ao povo moçambicano", disse o membro do Conselho de Administração do Standard Bank, que reiterou o patrocínio do banco a esta prova pelo menos até 2020.

Por seu turno, o presidente da LMF, Ananias Couana, fez coro às palavras

do membro do Conselho de Administração do Standard Bank relativamente à necessidade da observância do Fair play durante o campeonato.

"Aos treinadores, dirigentes, jogadores e adeptos apelamos para que encarem os jogos com muita dedicação e vontade de vencer, mas tendo em conta que no futebol há três resultados possíveis: a vitória, o empate e a derrota", referiu Ananias Couana.

Porém, acrescentou o presidente da LMF, "a derrota não pode degenerar em violência ou actos de pancadaria nos nossos recintos desportivos. Precisamos, todos, de cultivar o espírito de Fair play e emprestar o nosso brilho e profissionalismo ao futebol".

No que se refere ao jogo, os atacantes de Chibuto e de Nacala não conseguiram responder ao apelo de golos efectuado pelo banco oficial do Moçambola, tendo a partida terminado sem abertura de contagem.

INAE continua descobrir produtos fora do prazo e estabelecimentos que violam elementares regras de sanidade

A Inspeção Nacional de Actividades Económicas (INAE) continua a descobrir lojas que tentam vender produtos fora do prazo e estabelecimentos que não observam as regras básicas de higiene e limpeza, com destaque para as províncias de Cabo Delgado e Inhambane.

Texto: Redacção

Das 740 inspecções que a INAE realizou em todo o país durante a segunda quinzena de Fevereiro a estabelecimentos industriais, de comércio a grosso, empreendimentos turísticos, restauração bebidas, mercados, de serviço e até escolas centenas de produtos alimentares, e não só, fora do prazo foram detectados nas províncias de Inhambane, Cabo Delgado e Gaza revelou nesta segunda-feira em Maputo a inspectora Formosa Maulela.

A fonte disse que devido à falta de higiene e limpeza e ao exercício ilegal da actividade económica dois estabelecimentos comerciais foram suspensos na provincia de Manica e outros dois na provincia de Inhambane.

Os inspectores da INAE apreenderam ainda discos e toners contrafeitos e também alguns livros de distribuição gratuita a serem ilegalmente comercializados.

Cidadão morre por espancamento após ser confundido com um ladrão em Tsalala

Um jovem de apenas 20 anos de idade morreu alegadamente nas mãos de um indivíduo que o acusava de ter o surpreendido a tentar assaltar a sua residência, na madrugada de segunda-feira (05), no bairro Tsalala, no município da Matola.

Texto: Redacção

A vítima respondia pelo nome de Alberto Mavie e as circunstâncias em que perdeu a vida ainda não foram esclarecidas, mas a Polícia da República de Moçambique (PRM) na Matola acredita tratar-se de linchamento.

De acordo com a corporação, o presumível ladrão foi surpreendido a roubar numa casa, próximo à rua onde encontrou a morte.

Os donos do domicílio em questão gritaram pelo socorro e os vizinhos não se fizeram de rogados, tendo saído em grupo para acudir, apurou o @Verdade na 9a. esquadra em Tsalala.

Por sua vez, os vizinhos do proprietário da casa que seria supostamente assaltada desmentiram as autoridades da lei e ordem e argumentaram que o malogrado não tinha como entrar na referida habitação porque há cães raivosos.

Ademais, quando o dono da casa, identificado só pelo nome de Nordino, foi encontrado a espancar o jovem teria sido aconselhado a levá-lo à esquadra, mas fez ouvidos de mercador alegadamente porque a Polícia tinha o hábito de restituir os ladrões à liberdade sem justa causa.

Sobre o mesmo caso, a PRM tem uma outra versão, segundo a qual o suposto ladrão morreu nas mãos de populares depois de terem abandonado as suas residências para sair em socorro de Nordino e sua família.

Todavia, alguns moradores do quarteirão onde o homicídio aconteceu desmente tal posição e exigem que a PRM investigue adequadamente o assunto.

Cabotagem marítima: Operacionalização tem já início em Setembro

A empresa Transmarítima S.A., totalmente detida pelo Estado e a Peschaud Moçambique assinaram, na quarta-feira, 7 de Março, em Maputo, um memorando de entendimento para a revitalização da cabotagem marítima em Moçambique.

Assinado pelos presidentes dos Conselhos de Administração da Transmarítima S.A. e da Peschaud Internacional, na presença do ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, o referido memorando de entendimento visa regular as acções das partes envolvidas no processo para o desenvolvimento do transporte de cabotagem marítima no País, uma actividade que pretende assegurar a ligação e o fornecimento de bens entre as províncias do País, através dos portos primários e secundários.

Intervindo durante a cerimónia, o ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, assegurou que o transporte de cabotagem irá, efectivamente, reduzir os preços das mercadorias nos locais de destino.

“Igualmente, este sistema irá dinamizar o desenvolvimento económico dos vários locais por onde os serviços de cabotagem marítima irão escalar, nomeadamente os portos principais e os secundários”, acrescentou.

Ainda no quadro das vantagens da cabotagem, o governante destacou que a mesma irá contribuir? significativamente, para a redução da sinistralidade rodoviária, na medida em que passará a ser explorada a via marítima para o transporte de carga.

Por fim, Carlos Mesquita referiu que

a assinatura deste memorando de entendimento lança um novo desafio para o País, “que é o da capacitação dos portos secundários, para os quais o sector dos transportes tem estado também a trabalhar”.



O PCA da Transmarítima S.A., Jafar Ruby, referiu, por sua vez, que a assinatura deste memorando de entendimento marca o pontapé de saída para as operações de cabotagem marítima em Moçambique.

Da contraparte, Peschaud Moçambique, Jafar Ruby assumiu tratar-se de um parceiro bastante experiente na área de cabotagem, destacando a sua presença em vários países africanos.

“É igualmente por este motivo que vamos, conjuntamente, dar os passos que faltam para a revitalização da cabotagem em Moçambique, nomeadamente da selecção das embarcações ou dos navios mais adequados, que posteriormente serão adquiridos e

colocados a operar em Moçambique”, avançou Jafar Ruby.

No tocante às etapas para a operacionalização da cabotagem, Jafar Ruby explicou que, de acordo com o cronograma já estabelecido, dentro de um mês será feito o registo da sociedade entre a Transmarítima S.A. e a Peschaud Moçambique, estando a sua operacionalização prevista para Setembro do ano em curso.

O PCA da Peschaud Internacional, Christophe Peschaud, garantiu, após a assinatura do memorando de entendimento, que a sua instituição tudo fará para viabilizar a operação de cabotagem no País e para que a mesma decorra nas melhores condições.

“Estamos conscientes de que a prioridade nacional é operacionalizar os portos secundários pelo que, pensamos nós, este projecto veio mesmo a tempo para prestar devidamente os serviços, sobretudo aos grandes desenvolvimentos que vão acontecer na zona Norte do País”, considerou.

Importa referir que o investimento para o arranque da revitalização da cabotagem marítima, feito pela Transmarítima S.A. e pela Peschaud Moçambique, está avaliado em mais de 10 milhões de dólares norte-americanos.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Texto : www.fimdesemana.co.mz

Governo insta Cornelder a aumentar capacidade instalada nos terminais de Contentores e de Carga Geral do Porto da Beira

O Governo vai solicitar à Cornelder de Moçambique (CdM) a realização de investimentos para o aumento da capacidade instalada nos terminais de Contentores e de Carga Geral do Porto da Beira, para alavancar o desenvolvimento do País, em especial da região Centro.

Com efeito, o Conselho de Ministros aprovou, recentemente, uma proposta de resolução que solicita que a concessionária do Porto da Beira apresente um Plano de Investimentos para garantir o aumento da capacidade do Porto.

Neste contexto, prevê-se que a concessionária invista no aumento da capacidade do terminal de contentores, aumento da capacidade do terminal de carga geral, em sistemas e infraestruturas de segurança portuária em linha com as exigências do “ISPS Code” e desenvolvimento do capital humano.

A realização de investimentos no aumento de capacidade do porto da Beira revela-se crucial para a viabilização de importantes investimentos públicos em curso, como sejam a reabilitação da N6, reabilitação da linha férrea de Machipanda e a dragagem do canal de acesso ao

Porto da Beira.

Em virtude do término do actual contrato de concessão estar previsto para 2023, ou seja, dentro de 5 anos, e os investimentos a realizar terem um horizonte temporal que vai muito além dos 5 anos, o Governo entende que será necessário conceder uma extensão antecipada, ao invés de esperar pelo término do actual contrato de concessão. Aliás, esta é uma prática que vem sendo seguida pelo Governo, ao nível das concessões portuárias estabelecidas no País. Recorde-se que, em Junho de 2010, o Governo autorizou a extensão do Acordo de Concessão do Porto de Maputo (MPDC), por um período de 15 anos, justamente para garantir os investimentos adicionais.

Ao longo dos 19 anos que dura a concessão, a Cornelder de Moçambique tem demonstrado ser um concessionário

exemplar, com bom desempenho comercial e operacional, sendo também um grande contribuinte para o Tesouro do Estado.

Nestes termos, o Governo instou a concessionária a realizar, quanto antes, investimentos no aumento da capacidade das suas infraestruturas, equipamentos e tecnologias de informação e comunicação, de modo a que o Corredor da Beira não perca a sua competitividade relativamente aos outros corredores da Região.

Na proposta de resolução, o Governo solicita à Cornelder de Moçambique a apresentação de um Plano de Investimentos para os próximos anos, na base do qual irá decidir sobre o período de extensão do contrato de concessão a conceder. A CdM tem 60 dias para submeter o referido Plano de Investimentos ao Ministro da Indústria e Comércio.

Desporto

Costa do Sol derrotado no Zimpeto pelo Cape Town City na 1ª fase da Taça da CAF

O Costa do Sol foi derrotado 0 a 1 em pleno estádio nacional do Zimpeto, esta quarta-feira (07), pelos sul-africanos do Cape Town City, em jogo da 1ª mão da 1ª fase da Taça da Confederação Africana de Futebol (CAF).

Texto: Adérito Caldeira

Tímidos e amedrontados entraram os “canarinhos” para o relvado iluminado do Zimpeto, quicá sentindo falta do sol, diante de uma acessível equipa da África do Sul.

Por razões desconhecidas o treinador argentino Leonardo Costas deixou no banco jogadores que se têm revelado fundamentais nesta nova época como são Isac e Terence e viu a sua equipa chutar uma única vez durante a 1ª parte para a baliza de Shane.

Depois do intervalo o Costa do Sol melhorou, com as substituições, mas os seus ataques terminavam com remates inofensivos.

Mais experientes os sul-africanos aceleraram e na sequência de um livre à entrada da área Sibusiso Masina foi mais lesto que os defensores moçambicanos e após defesa incompleta de Guirugro atirou a contar.

A 2ª mão está marcada para o próximo dia 18 na cidade do Cabo.

16-avos-de-final “Champions” Africana: União Desportiva do Songo aguentou meia hora o TP (todo poderoso) Mazembe

A União Desportiva do Songo aguentou pouco mais de meia hora o ímpeto do TP Mazembe porém saiu derrotada por 4 a 0 da 1ª mão dos 16-avos-de-final da “Champions” Africana em futebol disputada esta quarta-feira (07) em Lubumbashi, na República Democrática do Congo.

Texto: Adérito Caldeira

Jogando claramente para não perder os campeões moçambicanos até foram os primeiros a chutar para a baliza de Gbohhou, embora o esférico tenha saído ao lado.

Os congoleses assumiram o seu favoritismo, o jogo passou a desenrolar-se no meio campo dos “hidroeléctricos” e Swini começou a ter muito trabalho, defendeu os remates que conseguiu até Ben Malango Ngita rematar forte e sem chances no minuto 37.

Depois do descanso este experiente atacante congolês bisou, no minuto 51, e no ataque seguinte poderia ter dilatado.

Diante da (des)União Desportiva do Songo sem ideias para travar os cinco vezes vencedores desta competição Malango fez o “hat-trick” respondendo com um voleio um cruzamento de Issama.

Parkim foi o mais esclarecido dos “hidroeléctricos” e mesmo com a desvantagem ia tentando dar algum trabalho ao guarda-redes Gbohhou.

No minuto 84 Jackson Muleka fechou o placar emendando para a baliza de Swini um centro de Meschak Elia.

O jogo da 2ª mão está previstos para o dia 17 de Março na cidade da Beira, casa emprestada dos “tetenses”.

Vende-se Gerador DSE 7000 de 330 kVA em Nampula, com poucas centenas de horas de funcionamento.

Ligue para Sílvia 84 420 38 38



Sociedade civil apela ao Governo a não reeditar o caos de Cateme no reassentamento em Afungi

O diretor executivo do Centro de Estudos e Pesquisa de Comunicação SEKELEKANI, Tomás Viera Mário, considera que os reassentamentos anteriores ao que o Executivo idealiza para os residentes da península de Afungi, no distrito de Palma, província de Cabo Delgado, por causa do projecto de instalação da fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL) e infra-estruturas afins, foram desastrosos e não existe eufemismo possível contornar esta verdade. E lembra às empresas – sobretudo à Anadarko – que estão por detrás daquele e outros empreendimentos, bem como ao Governo, para que não propalem, à boca cheia, inverdades alegando que estão a fazer favor às populações, porque o dinheiro gasto nesse tipo de trabalho provém dos impostos do povo.

Texto: Emildo Sambo

“Os anteriores reassentamentos foram desastrosos. Não há outro termo” para qualificar esse falhanço das autoridades. Porém, “temos a expectativa de que Palma não seja a réplica de Cateme, na província de Tete”, disse o dirigente de uma das cinco organizações que integram a Coligação Cívica sobre Indústria Extractiva (CCE).

Segundo as suas palavras, as empresas e/ou multinacionais que implementam determinados projectos no país – o que tem exigido a deslocação de pessoas de um ponto para o outro – propalam, pausadamente e em bom tom, que vão “gastar milhões de meticais”. A este respeito, a população deve saber que tal dinheiro “não é favor porque depois é recuperado”, pelas mesmas companhias, “por via do Estado e são os nossos impostos”.

Tomás Viera Mário explicou que, quando as firmas despendem balúrdios nesses tipo de empreendimentos depois apresentam, ao Ministério da Economia e Finanças (MEF), informações sobre o que fizeram com vista a serem reembolsadas.

Recorde-se que o Governo foi é duramente criticado de ter cometido falhas de palmatória no reassentamento da população de Cateme, onde se implantou a mineradora Vale. As casas atribuídas à população deslocada por aquela corporação são consideradas de baixa qualidade e até aos dias que correm são motivo de alarido. O Executivo quase que já não se manifesta...

Ademais, o Governo é ainda acusa-

do de estar estado do lado da Vale e de se esquivar das suas responsabilidades para com comunidades. Ainda hoje, dezenas de oleiros de Cateme reivindicam compensações que consideram justas por terem sido afastados para longe das terras que asseguravam a sua sobrevivência e dos seus dependentes.

Fátima Mimbire, do Centro de Integridade Pública (CIP), outra agremiação que faz parte da CCE, entende que o reassentamento de Cateme “pecou significativamente por não ter um mecanismo independente de reclamações” orientado para as comunidades.

Segundo ela, para evitar a reedição do que aconteceu em Cateme, o Estado deve envolver-se de corpo e alma no processo de reassentamento na península de Afungi, criar o órgão a que acima se referiu e desempenhar o papel de interlocutor válido entre os responsáveis do projecto em curso em Palma e as comunidades.

Algumas empresas tais como a Anadarko dispõem de mecanismos internos de reclamações, mas não bastam. As pessoas não sabem onde devem submeter as suas reivindicações, nem qual é o processo a ser seguido e muito menos quanto tempo devem esperar para obter resposta.

“Interessa ao Estado documentar o tipo de desacordos que advêm do processo (...)” de deslocação da população de um lugar para o outro e garantir que tudo “corra a contento”, disse Fátima Mimbire, sugerindo que “não

vale a pena pensar num mecanismo que dure apenas quatro”, mas sim, que seja a “longo prazo”.

Ela explicou, por exemplo, que, desde o começo do projecto de instalação da fábrica de GNL em Palma, o Governo tem sido alertado no sentido de não ignorar as especificidade de cada comunidade no acto do reassentamento.

Todavia, a comunidade pesqueira de Milamba 1, considerada residente na aldeia de Quitupo, pese embora viva “eminentemente da e na costa, será transferida para o continente”. Se a decisão não for reconsiderada e encontrar outra alternativa, as pessoas visadas enfrentarão “uma vida penosa. Isso vai ser uma violência e é preciso repensar (...)”.

Fátima disse não perceber por que razão parece difícil reassentar aquela população numa região costeira “como Maganja da Costa”.

Num outro desenvolvimento, a fonte apelou ao Estado a fazer-se presente, fazer-se sentir e garantir que o povo saiba qual é o significado dos acordos que assina com certas empresas. É preciso igualmente que se compreenda que os governos distritais ou provinciais sozinhos podem pouco ou nada.

Os interlocutores falavam à imprensa, na quarta-feira (07), em Maputo, onde deram a conhecer as constatações sobre a “monitoria ao processo do reassentamento em curso na península de Afungi”.

Texto: Emildo Sambo

Condutores seguem matando no país e MTC manifesta vontade de rever diploma sobre inspecção de veículos

A sinistralidade rodoviária causou pelo menos 22 óbitos e 37 feridos, dos quais 17 com gravidade, entre 24 de Fevereiro passado e 02 de Março corrente, em algumas estradas moçambicanas, segundo a Polícia, que aponta o excesso de velocidade e a má travessia de peões como as principais causas. E apela à prudência na hora de ir ao volante, enquanto o Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) mostra vontade de efectuar alterações no diploma ministerial sobre a inspecção de veículos, com vista a adequá-lo à actual situação.

Na semana em alusão, houve registo de 31 acidentes de viação, 19 dos quais do tipo atropelamento, quatro choques entre carros, cinco despistes e capotamento, entre outros.

A Polícia de Trânsito (PT) deteve 11 automobilistas por pretensa tentativa de suborno e encarcerou igualmente 37 supostos condutores ilegal.

Os supostos automobilistas ilegais alegaram que tinham esquecido os documentos que lhes habilitam a se fazerem ao volante, mas alguns deles não foram capazes de provar que tenham passado por alguma escola de condução, segundo Inácio Dina, porta-voz do Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM), em contacto com a imprensa.

O agente da lei e ordem reiterou o apelo aos condutores no sentido de verificarem o estado mecânico das suas viaturas antes de se fazerem à via pública. Refira-se que, numa outra operação, a Polícia recuperou

nove armas de fogo, duas das quais do tipo AK-47 e 43 munições para armas de diversos calibres.

Dados da Polícia sugerem que, desde Janeiro deste ano, a sinistralidade rodoviária matou mais de 117 pessoas e deixou perto de 400 feridos, dos quais mais de 180 graves.

De Janeiro a esta parte, a só na Estrada Nacional número quatro (EN4) houve 76 acidentes de viação que resultaram em mortes e feridos.

Reagindo em torno deste problema, o ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, disse, na quinta-feira (08), que será revista o diploma ministerial sobre a inspecção de veículos [Diploma Ministerial 56/2003, de 28 de Maio].

Os veículos automóveis e reboques são submetidos à inspecção obrigatória desde Fevereiro de 2010. Carlos Mesquita entende que a sinistralidade rodoviária

resulta, grosso modo, das deficientes mecânicas de viaturas.

Recorde-se que, num Simpósio de Segurança Rodoviária, realizado em Dezembro de 2017, na capital do país, as autoridades que lidam com esta matéria disseram que o grosso dos acidentes de viação, parte dos quais culminam em morte, ocorrem, com frequência, das 15h00 às 21h00, durante os fins-de-semana, na cidade e província de Maputo, Sofala e Nampula.

Os acidentes mais arrepiantes envolvem os transportes semi-colectivo de passageiros e aponta-se o excesso de velocidade, as manobras perigosas, a condução sob efeito de álcool ou substâncias psicotrópicas como as principais causas.

Na altura, Filipe Nyusi, Presidente da República, disse que “não podemos continuar a assistir, de forma impávida e serena, a esta calamidade pública. Mais do que palavras urge responsabilizar aqueles que são os causadores desta desgraça”.

EDM tranquiliza que tarifa não foi agravada sorrateiramente, mas não descarta aumento este ano

A Electricidade de Moçambique (EDM) refuta informações, postas a circular nas redes sociais, de que estaria a “aumentar sorrateira, unilateral e gradualmente as tarifas de energia” e que os contadores Credelec estariam viciados. No entanto o porta-voz da eléctrica estatal não descarta um aumento ainda em 2018.

Texto: Adérito Caldeira



A EDM veio esta quinta-feira “tranquilizar a todos os clientes” que a tarifa de energia não aumentou, ainda, clarificando que “os ajustamentos tarifários são feitos dentro de um quadro jurídico estabelecido pelo Estado e do conhecimento público”.

Depois de quase meia década sem agravar as sua tarifas, vendia energia a 5 cêntimos aos moçambicanos enquanto a adquiria a 10 cêntimos, a eléctrica estatal reviu pela primeira vez o preço em Novembro de 2015, depois em Outubro de 2016 e o último aumento aconteceu em Agosto do ano passado colocando o preço de venda ao público em 9,3 cêntimos do dólar, mais próximo com o preço de compra.

Todavia Luís Amado, o porta-voz da EDM, esclareceu a jornalistas que não está posto de parte um agravamento durante o ano em curso. “O aumento tarifário não deriva do querer ou não querer, deriva da estrutura de custos que a empresa tem de forma que ela tenha um custo reflectido”.

“Se nós olharmos para o Decreto que regula o aumento tarifário e vemos que as variáveis macroeconómicas variaram ao ponto da necessidade de novo acordo tarifário claramente que vamos aproximar do Governo para pedir um novo aumento se for o caso. Mas também pode acontecer o contrário, pode acontecer que o dólar que hoje está cotado a 60 meticais volte aos 30 meticais e eventualmente teremos uma redução da tarifa”, explicou Amado.

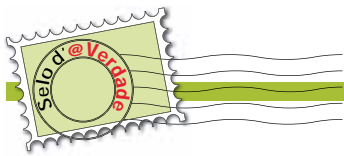
De acordo com a fonte “tudo o que são materiais como torres, transformadores, energia é comprada em dólares. Mesmo a energia de Cahora-Bassa é cotada em randes, cada vez que há um aumento do rand aquele preço para a EDM sobe”.

Relativamente a Hidroeléctrica de Cahora-Bassa Luís Amado precisou que a dívida da EDM é de aproximadamente 80 milhões de dólares norte-americanos, a empresa tem estado a amortiza-la pois no final de 2016 o montante ascendia a cerca de 94 milhões de dólares.

ANUNCIE AQUI
 todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com

@Verdade
 O Jornal mais lido em Moçambique.



Da tragédia á guerra dos milhões

É caso para dizer “a ocasião faz o ladrão”. Depois da queda da grande montanha de lixo que se encontra na lixeira de Hulene, a escassos metros da cidade de Maputo, David Simango, presidente do município de Maputo, afirmou que são necessários cerca de 50 milhões de dólares para a remoção e o encerramento da lixeira.

Para lutar do outro lado desta guerra de milhões, entra o ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Celso Correia, para afirmar, sem nenhum pinga de hesitação, que o custo para o encerramento da lixeira de Hulene está avaliado em 110 milhões de dólares. Acres-

centando, ele afirmou que este valor inclui a retirada de 550 famílias que vivem ao redor da lixeira para as zonas seguras na província de Maputo.

Nem a tragédia que aconteceu na madrugada do dia 19 foi suficiente para por tanto o município como o ministério da terra a trabalhar activamente e sem corrupção. 50 ou 89 Milhões de dólares são um montante muito elevado para uma simples acção de remoção de uma lixeira. Quantas mais vidas humanas teremos de perder até que se trabalhe duro e em prol do povo? Quantas mais famílias terão de respirar aquele ar nauseabundo da lixeira?

Apelamos a todas entidades competentes, desde o presidente do município ao ministro da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural que sejam sérios e trabalhem em prol do povo, não façam desta tragédia a vossa galinha dos ovos de ouro.

Excusamos a discutir aqui as razões por de trás do pronunciamento do ministro da terra, porem em relação aos 50 milhões Sério? Parece nos que o senhor presidente do município age nesse sentido já pensando na sua reforma.. Como é claro, e pior com os últimos acontecimentos, que o senhor não mais será uma alternativa para o seu partido, ele quer aproveitar-se da

tragédia, que vitimou quase duas dezenas de vidas humanas e deixou outras três dezenas desalojadas, para ganhar algum e sair da presidência com os bolsos rechonchudos para conseguir manter o nível de vida que tem actualmente.

Desengane-se Senhor presidente! não se aproveite da tragédia; do luto do humilde e trabalhador povo de Hulene satisfazer seus interesses. Que a remoção e encerramento da lixeira de Hulene seja um processo célere e sem corrupção pois o povo está de olhos abertos e, sinceramente falando, 50 milhões de dólares é um montante muito elevado.

Se fazia parte do seu manifesto eleitoral, como se explica que até hoje o processo de encerramento não tenha iniciado? E se já havia se feitos estudos para o encerramento e sabias se do valor necessário... não se tenha procurado parceiras com vista a angariação de fundos, pois já há um tempo que se sabe que a lixeira de Hulene é insustentável e perigosa a vida dos cidadãos que ao redor dela habitam, não deixe o que se devia resolver no seu mandatos para os outros, a remoção desta lixeira fazia parte do seu manifesto, portanto, faça-a ainda no seu mandato.

Por **Ricardo Mujui**

goste de nós no
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

Pergunta a Tina: Olá boa noite Tina, tenho 23 anos, Miguel, de Tete, entrei para esse programa por várias dúvidas que tenho, a primeira é que o meu pénis não está recto, não sei se pode influenciar em alguma coisas e segundo é que sempre a cada mês saem duas borbulhas na parte externa onde ficam os pelos.

<http://www.verdade.co.mz/pergunte-a-tina/65068>

Pm Bero Caro leitor, gostaria que esclarecesse em que termos quando diz não está reto? · 2 dia(s)

Araújo Abdula A minha preocupação é, a onde a Dona Tina responde as questois? Eu ja pois os meus problemas mais nunca vee respostas. Veen ja a muito tempo a espreitar esta pagina mais, mesmo assim ainda nao vee ninguem com resposta, a nao ser que so atraves dos leitores. · 2 dia(s)

Maria Luisa Tavira Ibrahim Essa Tina, nao existe e o becario, que inventa as estúpidas perguntas · 2 dia(s)

Araújo Abdula ahhh afinal? · 2 dia(s)

Colaço Colaço É uma exposicao barata so. Deviam ser processados esses malandros. · 2 dia(s)

Milton Jalane Jaime Tenho remedeio tradicional p isso é dts · 2 dia(s)

Fernandinho Alberto Alberto triste brother, faz tradicional, pode curar · 2 dia(s)

goste de nós no
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

E agora que estamos alegadamente a sair da crise em Moçambique, a fazer fé no Governo de Filipe Nyusi e no banco central, é altura dos novos preços dos transportes colectivos urbanos de passageiros negociados e aprovados no ano passado entrarem em vigor na cidade e província de Maputo, a partir da próxima segunda-feira (05).

Na cidade de Maputo as novas tarifas, aprovadas em Setembro de 2017 pela Assembleia Municipal, elevavam de 7 para 10 meticais o preço para distâncias inferiores ou iguais a 10 quilómetros enquanto para distâncias superiores, e inferiores a 20 quilómetros, passa-se a pagar 12 meticais contra os actuais 9 meticais.

Já na província de Maputo os aumentos foram determinados, pelo Governo provincial e a FEMATRO, em função de cada uma das rotas, à saber:

- Município de Boane – Município de Maputo passa de 17,5 meticais para 21 meticais;
- Bairro de Tchumene - Museu passa de 9 meticais para 12,5 meticais;
- Cidade da Matola – Museu passa de 9 meticais para 12,5 meticais;
- Matola-Gare – Museu passa de 9 meticais para 12,5 meticais;

<http://www.verdade.co.mz/economia/65041>

Venâncio Mathe Mathe A questão que fica é esta, se mesmo com as tarifas antigas os munícipes sofriam para apanhar transporte, estas vieram para melhorar ou piorar a vida dos utentes??? Hmmm isto parece estar se a entrar numa outra crise. · 1 dia(s)

Francelino Orlando Ringe A tabela que circula com os transportadores de 15 lugares que um deles mostrou-me fala de 13 mts e 15 mts, isto é, Nkobe-Museu passará para 15 mts e não 12,5 como se diz aqui, agora quem diz a verdade? · 2 dia(s)

Alexandre Macitela O regime ja nos comeu a carne so falta nos roer o osso..!Entao oque falta para sairmos a rua..? · 2 dia(s)

Augusto Matchovu Pondja acredito k está mais k hora de darmos

basta nessa palhaçada do Governo tao a brincar com o povo puchamos a vida a 4rodas enquanto eles tao numa boa enquanto ele respiram ar condicionado nos ar poluido enquanto eles comem o que querem o povo come o k apanha eles sao governo pork nos votamos neles #POVO NO PODER · 2 dia(s)

Riquito Mungote Estamos mal... isso nao é sair, mas sim nova porta para a crese · 2 dia(s)

Castro de Deus Um giverno k nao consegue. Garatr transport p uma cidad , Cmo pod governar um pais · 2 dia(s)

Joao Francisco Ngoenha Zimpeto - Marracuene eram 10 agora passa para 30? · 2 dia(s)

Bento Bentolas Manhique Eles so sabem Fazer o control d

tarrifa d xapas mas PRA fazer o control d xapas k desviam rotas nem tao ai · 8 h

Dino Salvador Muthevue Moz não vai sair d crise · 2 dia(s)

Nacer Rungo Rungo Tamos mal · 2 dia(s)

Stinga De Sebastiao Vao governando... · 2 dia(s)

Kito Etava Hahahahaha · 2 dia(s)

Manjur Manuel Gelo Sair não · 2 dia(s)

Colaço Colaço paguei 15 mt Nkobe a baixa. Tem outra tabela paralela? · 1 dia(s)

Deus É Comigo por iss moz nunca vai sair da merda · 2 dia(s)

Carlos Beleg Belegue Iso ja e luta sab este governo de hoje em dia · 1 dia(s)

goste de nós no
[facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

O Ministério da Saúde (MISAU) expulsou, no ano passado, pelo menos nove funcionários acusados de prática de mau atendimento, cobranças ilícitas e demora no atendimento em diferentes hospitais públicos. Todavia, a instituição não ofereceu pormenores tais como nomes das pessoas supostamente envolvidas, as unidades sanitárias a que estavam afectada e em que circunstâncias as acções ocorreram.

<http://www.verdade.co.mz/newsflash/65064>

Francelino Orlando Ringe É só isso que sabem fazer, remonera-los como deve ser que é bom e para que eles sirvam ao doente satisfeitos não · 4 dia(s)

Silva Domingos Monteiro Monteiro Eu nao sei se e uma medida boa pork no fundo ninguem quer saber das causas o proprio estado gasta muito dinheiro pra formar e sabido que maior parte a desmotivacao e por motivo de salario baixo numa altura que trabalhar com sangue e extremamente perigoso pork misau nao dispoe de material suficiente da bioseguranca · 4 dia(s)

Edson Waka Machaieie Assim espero. · 4 dia(s)

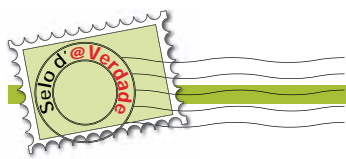
Euclaudia Lipangue Deviam fornecer esses dados · 4 dia(s)

Last Covane Granda abordagem · 4 dia(s)

Edrice Bié Vamos analisar · 4 dia(s)

Edson Waka Machaieie Alfredo Bernardo, Last Covane, Edrice Bié... aí têm um caso de estudo. · 4 dia(s)

Jose Eiras Era o que deviam fazer. em portugal · 4 dia(s)



Todos queremos viver na cidade

É triste a situação que muitos compatriotas moçambicanos vivem em algumas cidades do país, principalmente nas cidades de Maputo, Matola e Beira. Sempre que a época chuvosa começa a media nos brinda com informações sobre irmãos moçambicanos que dormem por cima das mesas, em outros casos nem dormem e reclamam ter perdido tudo ou quase tudo porque as suas casas ficaram alagadas.

Todos os anos “gastam-se rios de dinheiro” para socorrer as vítimas das inundações, dinheiro este que podia servir para solucionar outros inúmeros problemas. Nesse trabalho “circular”, penso que o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades – INGC, faz as suas tarefas e muito bem, no entanto, há questões (como determinar o lugar ideal para viver) que não são da sua competência resolvê-las, esta reflexão cabe aos municípios e aos municípios.

Quando chove as casas ficam inundadas, o INGC intervém e criam-se centros de acomodação provisórios para acolher as vítimas das inundações. Sou da opinião de que já está mais do que na hora dos municípios e os municípios comecem a pensar seriamente em como evitar que a mesma situação se repita com as mesmas pessoas ou nos mesmos bairros.

Esta reflexão passa por identificar novos espaços ordenados que não são propensos a inundações e com todos serviços básicos reunidos para as vítimas fixarem as suas residências.

Para além do ordenamento, os novos espaços devem passar por estudos que garantam a fiabilidade da solo para fixar habitações, significa que não é só

identificar um espaço “vazio” e colocar lá as pessoas, sob o risco do lugar não ser apropriado para habitação e de novo os choros.

O facto é que os centros de acomodação funcionam por um período e depois de a chuva parar, a água “baixa” e os mesmos municípios ou outros voltam para os mesmos sítios que fugiram a tempos atrás e permanecem aí até chegar a próxima chuva. Em outros casos essas vítimas recebem novos espaços e sem pestanejar vendem esses terrenos.

Gostamos de sofrer.

Compatriotas, não podemos colocar o INGC a trabalhar num ciclo vicioso todos os anos, envolvendo as mesmas pessoas ou os mesmos bairros. A instituição vai trabalhar sempre que estivermos em apuros porque foi criada para isso mas, se não gostamos de sofrer há que mudarmos de mentalidade para darmos espaço de intervenção em outros problemas.

Que abandonemos esses espaços propensos a inundações. São lugares que enquanto não estiverem devidamente preparados para habitarem pessoas em todos períodos, sinceramente, penso que poderíamos praticar agricultura e contribuir para o aumento de comida disponível para o povo.

A culpa não é só do conselho municipal, nós é que as vezes saímos do “campo” para as cidades e construímos palhotas que depois transformam-se em casas grandes em lugares impróprios, porque queremos viver na cidade.

E porque quase sempre começamos por uma “casinha de nada”, o conselho municipal

não leva em conta mas, as “casinhas” vão aumentando até transformarmos aquele lugar em um bairro populoso com problemas sérios de transitabilidade, porque queremos viver na cidade.

Consequência, origina-se o desordenamento territorial e como sempre, o município percebe a necessidade de estruturar a zona quando a bagunça estiver bem arrumada, porque todos queremos viver na cidade.

Há que antecipar o ordenamento territorial para melhor ocupação da terra, por mim, todo o território que faz parte do município devia estar sempre ordenado e pronto para receber habitantes.

Todos queremos viver na cidade, sim. Mas há que ter em conta a qualidade de vida nesse lugar e esse é o problema. No momento de construirmos nas cidades não pensamos no amanhã, o que interessa é estar na cidade, não importam os riscos, os constrangimentos, etc.

Todos queremos viver na cidade, não é a toa que a cidade fica cheia de tudo que não é desejável como a mendicância (fora da cidade não existem mendigos), o mendigo prefere viver por baixo da ponte ou no passeio mas estando na cidade.

Todos queremos viver na cidade, é lá onde estão as oportunidades.

Na capital do país a chuva caiu e em pouco tempo inundou casas, provocou o desabamento de uma montanha de lixo e causou a morte de pessoas mas, há problema de falta de água porque a chuva que cai ainda não é suficiente para encher os

rios e reservatórios.

Isso leva-me a pensar que a questão das inundações nos bairros das nossas cidades não tem a ver, essencialmente, com a quantidade de chuva que cai mas, com a forma (desordenada) que construímos e o tipo de superfície onde construímos as nossas casas.

Todos queremos viver na cidade, no entanto, é necessário percebermos que: do mesmo modo que “nem sempre ter muita comida significa comer bem”, também, “nem sempre ter as cidades cheias de pessoas significa desenvolvimento urbano”, é necessário organizar-se.

Todos nós queremos viver na cidade mas, é interessante perceber que quase ninguém de nós que vivemos nas cidades tem as suas origens ligadas a cidade.

Terminando ficam essas três questões para reflexão:

Como não ficarmos com as casas alagadas se nem espaço para a água escorrer nós não deixamos quando construímos?

Como não ficarmos com as casas submersas se o solo onde construímos tem pouco poder de absorção da água?

Será que não cansamos de sermos vítimas de inundações todos os anos, mesmo tendo terra não só nas nossas zonas de origem mas em todo o território nacional e que nunca foi habitada?

Não tenho vergonha, vim do distrito, nasci no mato com muito orgulho.

Por Nelson Cossa

Pergunta à Tina...

Boa tarde Tina, espero que esteja saudável. Tenho uma preocupação. No início deste ano fiz teste de HIV, e tive resultado indeterminado, me recomendaram voltar na mesma data do mês seguinte e assim fiz, só que o resultado de novo foi indeterminado. Fiz teste de sífilis deu positivo, e fiz tratamento. Mas, no mês passado fiz teste de HIV e de novo foi indeterminado. Será que algo está escondido em mim e, como posso detectar? Almeida

Obrigada, Almeida, tudo bem por aqui. Não há nada escondido, talvez apenas uma imunidade reduzida. Normalmente, nestes casos, há necessidade de fazer testes especiais, que não se fazem em qualquer clínica ou centro de saúde. Por isso, o melhor será talvez ir a um laboratório de análises, explicar o que aconteceu por três vezes, ou ainda melhor, mostrar os resultados dos testes anteriores.

Entretanto, até lá, usar sempre a camisinha nas relações sexuais, pois pode acontecer que seja positivo e certamente não vai querer infectar a sua parceira.

Olá Tina, gostaria de saber se é normal ter sintomas e sinais de gonorreia e depois de três dias os mesmos sumirem sem ter tido o devido tratamento médico?

Não, não é normal. Será que era mesmo gonorreia? Se sim, o mais certo é que os sinais e sintomas voltem, mais tarde ou mais cedo.

Na dúvida, o melhor é fazer o tratamento, pois é muito simples e não irá fazer mal.

Entretanto, nunca é de mais lembrar que o uso da camisinha evita esta doença e todas as outras Infecções de Transmissão Sexual (ITS), incluindo o HIV.

Boa tarde Tina. Eu tenho o seguinte problema: estou tomando 20mg de prednisona há 2 anos. Como fazer o desmame porque estou tendo os efeitos colaterais como pele fina e frágil, e pele meio clara.

Boa tarde. Fico admirada, pois esse não é um medicamento que se tome por via oral por um período tão prolongado, sem supervisão médica. Pode ter efeitos colaterais prejudiciais à saúde. Por isso, é aconselhável ir a uma consulta para saber como fazer e pesquisar se não produziu esses efeitos colaterais.

goste de nós no [facebook.com/JornalVerdade](https://www.facebook.com/JornalVerdade)

Jornal @Verdade

A promessa de atingir o acesso universal de energia em

Moçambique em 2030 é uma utopia política, num país onde mais de metade da população vive na pobreza absoluta e é incapaz de pagar o preço cada vez mais elevado da electricidade. “As pessoas devem pagar para que se viabilize o funcionamento das empresas que produzem energia, de outra maneira não vai funcionar” afirmou Pedro Couto, o PCA da Hidroeléctrica que é “nossa” há mais de uma década, e que frontalmente revelou “quando eu era ministro lutei muito para que as tarifas fossem actualizadas, felizmente isso continua e ainda vão continuar a ser actualizadas”.

<http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35/65057>



Dorps Patrick E pergunto!! qual é a vantagem da Cahora Bassa ser nossa?

da nojo em ouvir isso! Por favor pedimos que devolvam a Cahora Bassa à gerência portuguesa. · 3 dia(s)



Antonio Simoes Martinho A inergia sempre foi cara em qualquer parte do mundo paga quem pode

infelizmente · 3 dia(s)



Maria Luisa Tavora Ibrahim Mentira · 1 dia(s)



Antonio Simoes Martinho

Ser nossa nao significa que a inergia nao deve ser paga como vai funcionar essa barragem ? Toda essa tecnologia vem de fora o que nao se percebe porque vender se inergia pra africa do Sul pra depois comprar mos de novo ai talvez encaressa mais a inergia nada cai do ceu tudo tem seu visto pode se negociar o preco ai concordo · 1 dia(s)



Lourenco Manave Sim colaboro dorps.propria a provincia de Teté algures da hidroeléctrica.nem digo maputo etc ha má gestão se for nossa a hidroelectrica · 3 dia(s)



Victor Rego Pouco se pode esperar de novo em voces · 3 dia(s)



Aderito Mazive Voce nao Paga energia por isso nao sente no bolso,,, · 3 dia(s)

Se tens alguma denuncia ou queres contactar um jornalista



WhatsApp:

84 399 8634

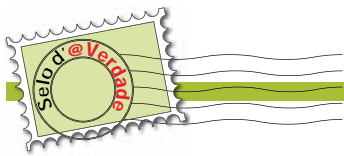


Telegram

86 450 3076



E-Mail
averdademz@gmail.com



Os novos latifundiários sul-africanos

Foi aprovada pela maioria do parlamento sul-africano uma moção que determina a expropriação de terras nas mãos de brancos, sem indemnização, para que as mesmas sejam depois redistribuídas a negros pobres, que delas necessitam e tanto anseiam, desde 1994. E está ressuscitado o fantasma do Zimbabwe ou talvez mais.

Esta moção, de iniciativa do ultra-esquerdista EFF de Julius Malema, surge num momento em que o ANC ainda mal refeito do impeachment contra Jacob Zuma, tudo faz para assegurar que em 2019, não perde a sua maioria absoluta no parlamento, como as últimas eleições municipais lhe fizeram antever. Mas também, esta moção do EFF, vem na exacta medida dos apetite voraz de um ANC clientelista e com muitos mais agendas por realizar, após a captura do aparelho do Estado e do sector mineiro do país, que aliás, foi a rampa de lançamento que permitiu Ramaphosa ser o próspero milionário que hoje é.

Concebido com um acto legítimos de affirmative-action, ele tem como base legal, reparação histórica do Natives Land Act de 1913, que na sua concepção definiu as bases do que viria a ser o Apartheid em 1948 e estabeleceu que apenas 7% de terra arável seria atribuída aos negros, deixando o resto nas mãos dos brancos. Esta lei estabeleceu concomitantemente reservas exclusivamente para negros – os futuros bantustões – as quais não poderiam ser vendidas a brancos e vice-versa. Em boa verdade, este acto segregacionista foi o affirmative-action dos Afrikaaners que lhe conferiu a pujança económica que ainda hoje exibem na sociedade sul-africana. Estando agora o ANC a usar ironicamente do mesmo expediente político para atingir idênticos fins.

Em boa verdade, a África do Sul sempre foi um caso peculiar do capital intensivo baseado em latifúndios familiares e não em corporações.

Outro aspecto que resalta desta moção, é a particularidade de ser inconstitucional, num país, onde o Poder Judicial, ainda mantém relativa independência do Poder Político e Económico. Espera-se pois, que seja deste, a última palavra, para desenrolar este novelo que Ramaphosa teceu com Malema.

Com efeito, o artigo 25º da Constituição da África do Sul, sobre a Propriedade, diz no seu número um que “ninguém deve ser privado da sua propriedade excepto nos termos da aplicação geral da lei e nenhuma lei deve permitir expropriação arbitrária de propriedade”, o que de “per se” já é o suficiente para se falar numa refundação da nova República surgida após o Apartheid. Ressuscitar ódios. E criar problemas sócio-económicos aos seus vizinhos da SADC, como Moçambique, que ainda depende fortemente dos farmers boers para manter os seus mercados reabastecedores em funcionamento, sobretudo na cidade de Maputo.

Não sou daqueles que aceita que o Estado de Direito deva ser “fintado” algumas vezes, para dar lugar a demagogia em defesa do social. Como é o caso de um conhecido articulista moçambicano que defende ingenuamente uma solução “50/50 à Albie Sachs”, porque se incorre no “caso precedente”, aspecto que para os que estão familiarizados com jurisprudência da escola anglo-saxónica certamente relevarão.

Não me parece que os investidores nacionais e estrangeiros na África do Sul viessem mais arriscar o seu dinheiro num mercado tão instável. Aliás, não foi sem supresas que o pró-Afrikaaner Afrikom iniciou de imediato uma campanha internacional para alertar para os riscos desta nova situação criada pela moção do EFF.

E a seu favor tem o histórico banhado em sangue que a ala mais radical do ANC promoveu, quando então se revia no então seu líder, Julius Malema, quando este defendia abertamente que um “boer bom era um boer morto”, no que resultou no início de uma campanha de expropriação e assassinato de farmers boers envelhecidos ou simplesmente falidos, que prossegue até hoje.

Nos últimos cinco anos, a África do Sul conheceu a redução do número de farms de 60.000 para as actuais 20 à 15.000, com a perda ou abandono dos meios de produção, mas que se mantém ainda em pouzão até aos nossos dias, por falta de know-how por parte de seus novos ocupantes, como é o caso de muitas farms nas cercanias de Nelspruit e do Kwazulu-Natal, só para citar exemplos que nos são mais próximos.

E nada indica que os radicais do ANC e do EFF não continuarão a suportar os esforços para “encorajar” os farmers visados por esta moção, a entregar não somente as terras, mas inclusivamente a deixarem os bens nas mãos dos novos ocupantes, pese embora Ramaphosa tenha declarado que a expropriação se fará de acordo com a Lei e nunca com ocupação selvagem das propriedades. Isto porque Malema, astuto que é, aplicará a receita habitual, instigando o assassinato dos mais renitentes farmers boers e patrocinará judicialmente, os que forem acusados, resultando na sua subsequente absolvição, por atenuantes que na altura se saberá. Todo o sistema de propaganda nos órgãos de comunicação social fiéis ao ANC e EFF estão prontos para exercerem o seu papel de advogados deste processo de “reparação histórica”.

Uma “reparação histórica” que é de todo questionável, por se basear na cor da pele. Assumindo-se assim, que o latifundiário negro, que se confartou com a propriedade de muitos outros negros após 1994, não estará sujeito às agruras do processo. É no mínimo caricato num Estado que escolheu a bandeira arco-íris, como símbolo da união, em igualdade de direitos e deveres, de todos as raças e tribos sul-africanas.

Por seu turno, a expropriação sem indemnização, leva-nos para os antipodas de um Estado fascista da América Latina na década de 1950, que não respeita as regras financeiras mundiais, das quais, aquela potência económica de África é fiel signatária.

Então, em que é que ficamos?

Parece vamos ficar assim até às eleições de 2019, mais coisa, menos coisa, aplicando a mesma fórmula de “racket político” que a ZANU-PF administrou aos farmers brancos, quando se apercebeu que era destes a fonte de financiamento da oposição que quase a derrubou nas urnas.

Com toda a certeza, as primeiras expropriações de terras deverão ocorrer em áreas que tendem votar regularmente na oposição, nomeadamente, na próspera região vitivinícola do Cabo Ocidental e na região do Karroo, mais a norte, feudo dos afrikaaners mais saudosistas e que se batem pela independên-

cia da região de Orânia, estado-fictício, cujas terras foram adquiridas e parceladas para preservar a tradição boer.

Curiosamente, em grande parte destas áreas, os habitantes brancos já lá estão há perto de 400 anos. Enquanto negros, asiáticos e mestiços a eles se juntaram há menos de 150 anos, para colonizar novas áreas semi-desérticas e muitas vezes desabitadas. É muito difícil qualificar que tipo de “reparação histórica” teríamos aqui ao abrigo do Natives Land Act de 1913.

A conclusão já se antevê óbvia, diria mesmo, profética. Os novos ocupantes serão a ponte para os gatos gordos do ANC e do EFF acrescentem ao seu pecúlio, o título de novos latifundiários sul-africanos, que tal como os anteriores proprietários envelhecidos e falidos, serão apenas uma nova classe média-alta de prósperos rendeiros negros, como aliás, vimos também acontecer no Zimbabwe, cuja particularidade é nunca disporem de know-how para operar os meios de produção. O que também não de admirar, visto tratar-se essencialmente de lobbystas de salão.

Por isso, é quase certo que tentarão arrendar essas mesmas terras aos anteriores proprietários, na condição destes lhes devolverem a produtividade. Dificilmente terão sucesso, nem com chorudos pacotes indemnizatórios pagos com envelopes debaixo da mesa. O mais provável é que assistamos ao êxodo em definitivo da população Afrikaaner para outras paragens do planeta, ou mesmo até, uma espécie de insurreição boer, igualmente fadada ao fracasso, mas que resultaria na destruição da base económica da África do Sul.

O Santo Graal Chinês

Nada que constitua grande preocupação para os proponentes da moção, para quem a China e Índia, tal como no Zimbabwe, são a árvore das patacas onde esperam assentar nova faceta do affirmative-action, mediante “joint-ventures” e similares. No fundo, pouco ou nada difere dos acordos mercantilistas estabelecidos entre os primeiros colonizadores europeus do continente e alguns regulados em troca de missangas e escravos.

Por isso, se torna interessan-

te destacar que, um pouco por toda a África, os governantes tendem a convergir para o modelo chinês de gestão fundiária, em muitos aspectos. O que agrada bastante os políticos em Beijing, pois está em linha com a sua estratégia de conquista de um espaço-vital para sua própria existência como nação milenar.

É importante salientar que o socialismo de mercado na China impõe que a terra seja propriedade do Governo (central ou provincial), mas prevalece o princípio da inviolabilidade do direito de uso e aproveitamento da terra, ou seja, uma situação muito próxima à da inviolabilidade da propriedade privada que estabelece o artigo 25º da actual Constituição da África do Sul ou seja, em caso de expropriação determinada por circunstâncias extremas, o Estado chinês deve, obrigatoriamente, indemnizar o respectivo locatário. Ramaphosa, ao decretar o fim dos latifúndios boers, deve ter certamente consultado exaustivamente o Oráculo chinês.

Pois como noticia a France-Press, nunca como agora, houve tanto apetite voraz da China na aquisição ou aluguer por longo prazo de terras aráveis no Terceiro Mundo, mas também na Austrália, EUA e até na Europa.

Com perto de 1.400 milhões de habitantes, cerca de um quinto da população mundial, e com menos de 10% de terra arável do planeta, a China procura a todo custo assegurar no exterior, o suprimento das suas necessidades alimentares. Com perto de 92 mil milhões de dólares investidos em projectos agrícolas fora da China desde 2012, Beijing tornou-se num parceiro apetecível das elites rendeiças da SADC particularmente de Angola, Moçambique e mais recentemente o Zimbabwe. A que se juntaram recentemente a Índia e o Vietname, que com a China elevam para os dois quintos de população mundial em risco de grave insegurança alimentar.

Por isso, não seria de espantar que a partir de Agosto, novas parcerias fundiárias entre os comrades do ANC e EFF nascessem do outro lado do planeta. Pois nem só de feijão-boer vivem os novos latifundiários da SADC.

Por **Ricardo Santos**

Ataque contra embaixada da França e Exército em Burkina Faso deixa 8 mortos

Agressores mataram 8 pessoas na capital de Burkina Faso e feriram dezenas de outras em um ataque coordenado ao quartel-general do Exército e à embaixada da França, o que um embaixador francês qualificou como um ataque terrorista.

Ninguém assumiu de imediato a autoria da acção, o terceiro maior ataque em Ouagadougou em pouco mais de dois anos. Ataques anteriores foram realizados por aliados da Al Qaeda em represália à participação de Burkina Faso num confronto regional contra militantes islâmicos.

Falando na televisão estatal, o porta-voz do governo, Remi Dandjinou, disse que os atiradores não identificados mataram cinco soldados e feriram 64 outros no quartel-general dos militares.

Quatro capacetes azuis mortos em explosão de engenho artesanal no centro do Mali

Quatro Capacetes azuis, cuja nacionalidade não foi especificada, morreram e outros quatro ficaram feridos foram e evacuadas para Bamako.

O incidente ocorreu quando o veículo em seguiam estes capacete azuis acionou um engenho explosivo artesanal no eixo Boni-Douentza, de acordo com a nota.

O representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas e chefe da MINUSMA, Mahamat Saleh Annadif, indicou no mesmo documento que a sua instituição reforça atualmente o seu aparelho de segurança no centro do Mali, em colaboração com seus parceiros nacionais,

Dois integrantes dos gendarmes paramilitares do país morreram defendendo a embaixada, informou ele.

O presidente Roch Kabore disse no Twitter que o número de mortos aumentou para oito. Um posto médico de emergência foi montado no estádio municipal.

A polícia nacional informou em nota que oito homens armados foram mortos: quatro na embaixada e quatro na sede do Exército. Dois agressores foram capturados, de acordo com fonte

militar e a televisão estatal.

Uma fonte diplomática francesa disse que nenhum cidadão de seu país morreu nos ataques. Testemunhas afirmaram que homens armados mascarados atacaram a sede do Exército, localizada no centro da cidade, perto das 10h locais.

“Vi pessoas com sacos nas costas atacarem a guarda. Depois ouvi a explosão. Vi soldados fugindo correndo do edifício do quartel-general do Exército”, disse a testemunha Kader Sanou à Reuters.

Texto: Agências

Grande tempestade mata pelo menos cinco pessoas no Nordeste dos EUA

Uma grande tempestade matou pelo menos cinco pessoas no Nordeste dos Estados Unidos da América (EUA) na sexta-feira (02), e os ventos de 129 quilómetros por hora ajudaram a inundar as ruas de Boston, cancelando voos e interrompendo os serviços ferroviários.

Quase 1,7 milhão de casas ou lojas ficaram sem electricidade no Nordeste e na região Meio-Oeste, já que a tempestade castigou da Virgínia ao Maine. Até edifícios governamentais em Washington tiveram que fechar devido aos ventos de quase 100 quilómetros por hora na capital norte-americana.

O mar invadiu as ruas costeiras de Boston pela segunda vez neste ano e, apesar de a água ter refluído um pouco pela tarde, o

Serviço Meteorológico Nacional alertou que novas inundações podem ocorrer.

“Parece que ainda vamos ter pelo menos outras pequenas inundações costeiras, o que significa problemas para Boston”, disse Jim Hayes, meteorologista do Weather Prediction Center de College Park.

O serviço afirmou ainda que a neve e a chuva vão diminuir conforme o céu clarear, mas que ven-

tos de até 80 quilómetros por hora persistirão durante este sábado.

O governador da Virgínia, Ralph Norman, declarou estado de emergência, garantindo auxílio a comunidades atingidas por fortes ventos.

O serviço meteorológico privado AccuWeather informou que a tempestade levou pelo menos 46 centímetros de neve a regiões dos Estados de Nova York e Pensilvânia.

Texto: Agências

Treze elementos armados mortos em confronto com Exército egípcio no Sinai

Treze elementos armados, vulgo Takfiris, foram mortos durante um confronto com as forças do Exército egípcio ocorrido na passada quarta-feira no norte da península do Sinai, no nordeste do Egito, anunciou quinta-feira o Exército egípcio num comunicado.

Nas fileiras do Exército, perderam a vida dois oficiais e ficaram feridos outros tantos neste combate a Takfiris, adeptos do movimento sectário fundado em 1971 pelo Egípcio Mustafa Choukrin. Oitenta e seis outros Takfiris, qualificados de “muito perigosos” são procurados pela justiça,

lê-se na nota.

O Exército egípcio frisou neste comunicado que a força aérea destruiu nove objetivos pertencentes a terroristas bem como dois carros armadilhados que visavam as forças governamentais.

A ofensiva inscrita no quadro da operação “Sinai 2018” também permitiu a destruição de 100 depósitos e armazéns pertencentes a supostos terroristas, bem como 10 bombas colocadas em vias utilizadas por elementos das forças governamentais, acrescenta o comunicado.

Texto: Agências

Desporto

Moçambola começou com empates, jogos adiados e um goloço de Kamo Kamo

O jovem Kamo Kamo em dia de estreia pelo Ferroviário de Maputo marcou este domingo (04) o primeiro golo do Campeonato nacional de futebol, na vitória sobre o 1º de Maio, prova que iniciou no passado sábado (03) com dois empates sem golos. Mas a 1ª jornada do Moçambola fica marcada pelo adiamento de três jogos devido a impossibilidade das equipas viajarem de avião.

Texto: Adérito Caldeira

O pontapé inicial, e oficial, foi dado no Chibuto onde os “Guerreiros” receberam o Desportivo de Nacala mas foram incapazes de rematar para a baliza e transformar em golo o domínio que tiveram na partida.

No primeiro clássico da temporada o Costa do Sol e o Maxaquene também não saíram do nulo.

O primeiro golo do Moçambola, e que goloço, acabou por ser marcado só no domingo (04) no estádio da Machava onde os “locomotivas” de Maputo receberam os “trabalhadores” de Quelimane.

Estavam jogados pouco mais de 1 minuto quando a mais jovem promessa do futebol nacional, Kamo Kamo, desceu pelo flanco direito, fletiu para o centro e armou um remate com o pé esquerdo que só parou no fundo das malhas.

Mas o experiente Liberty, no minuto 13, traduziu em golo o avassalador domínio dos anfitriões respondendo de cabeça a um cruzamento de Elias.

Depois do intervalo o Ferroviário mandava no jogo e Mário, lançado para o jogo, fez o 3 a 0 servido na área por Hermenegildo.

Vendo os seus avançados desperdiçarem ataque atrás de ataque Nélson Santos voltou a mexer na equipa mas acabou por perder o defesa Nelson que lesionou já com as substituições esgotadas.

Diante de apenas 10 jogadores os “quelimanenses” vieram com tudo ao ataque e no minuto 88, na sequência de um pontapé de canto, Alberto atirou para o golo de honra.

Jogos adiados devido a falta de combustível nas LAM

Na Matola um penálti transformado em golo por Telinho no minuto 57 valeu os primeiros 3 pontos para a Liga Desportiva de Maputo, que esta época é treinada por Akil Marcelino.

O campo do Ferroviário de Gondola, na província de Manica, recebeu a sua primeira partida de sempre do Moçambola mas nem a estreante Universidade Pedagógica de Manica assim como o regressado Grupo Desportivo Incomáti conseguiram abrir o marcador.

No entanto os jogos entre a União Desportiva do Songo e o Sporting Nampula, o Ferroviário de Nacala e o Textáfrica do Chimoio e Ferroviário de Nampula e o Ferroviário de Beira foram adiados para data a anunciar devido a impossibilidade das equipas voarem para a capital Norte assim como a cidade de Tete

pois as Linhas Aéreas de Moçambique, a transportadora oficial do Campeonato, não tem combustível para os seus aviões.

Resultados da 1ª jornada				
Clube do Chibuto	0	x	0	Desp. de Nacala
Costa do Sol	0	x	0	Maxaquene
Fer. de Maputo	3	x	1	1º Maio Quelimane
Liga Desportiva	1	x	-	OENH Vilanculo
UP de Manica	0	x	0	G. Desp. Incomáti

Início do julgamento de Rafael Marques adiado

O início do julgamento do jornalista angolano Rafael Marques, visado por “crimes de injúrias e ultraje a órgão de soberania”, devido a um artigo publicado em 2016, foi adiado esta segunda-feira pelo tribunal de Luanda, disse à Lusa fonte judicial.

O julgamento deveria começar hoje, mas de acordo com a mesma fonte, o adiamento, sem nova data agendada, ficou a dever-se ao pedido de consulta do processo, feito pelo Ministério Público.

Organizações da sociedade civil angolana tinham convocado para esta segunda-feira uma manifestação de apoio a Rafael Marques e ao jornalista Mariano Brás – também visado no processo –, apelando ao “respeito à liberdade de imprensa e expressão”.

Na origem do julgamento está uma publicação de Rafael Marques no portal de investigação jornalística Maka Angola, em Outubro de 2016, que levanta suspeitas de corrupção contra o então Procurador-Geral da República de Angola, João Maria de Sousa.

O artigo do jornalista e activista angolano denuncia o negócio alegadamen-

te ilícito, realizado pelo ex-PGR de Angola, envolvendo um terreno de três hectares em Porto Amboim, província do Cuanza Sul, para construção de um condomínio residencial.

“Ao longo do exercício da função de Procurador-Geral da República, o general João Maria Moreira de Sousa tem demonstrado desrespeito pela Constituição, envolvendo-se numa série de negócios”, referia a notícia, acrescentando que esse comportamento contava “com o apadrinhamento do Presidente da República, José Eduardo dos Santos”.

À data da publicação do texto, José Eduardo dos Santos era ainda Presidente da República, cargo em que foi substituído por João Lourenço, na sequência da vitória do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) nas eleições gerais de 23 de Agosto de 2017.

Texto: Público de Portugal

A notícia, que apresenta duras críticas ao regime angolano, resultou numa queixa do ex-PGR e mais tarde na acusação formal do Ministério Público (MP), a 21 de Junho de 2017.

A acusação do MP refere que no decurso das diligências realizadas foi possível apurar, junto do departamento do Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA) no Cuanza Sul, que o ofendido “efectivamente requereu e lhe foi deferido o título de concessão do direito de superfície” do terreno em causa a 25 de Maio de 2011, mas que o perdeu a favor do Estado um ano depois por “falta de pagamento dos emolumentos”.

O MP refere também a “violação de princípios” da “ética e da deontologia profissional”, que se traduzem em “responsabilidade civil, disciplinar e/ou criminal”.

Aviões turcos atingem forças pró-governo da Síria em Afrin e matam 36

Aviões de guerra da Turquia atingiram forças pró-governo da Síria na região síria de Afrin, na Síria, no sábado (03), matando pelo menos 36 pessoas, enquanto a ofensiva da Turquia à região curda se intensifica, disse o Observatório Sirio de Direitos Humanos.

Texto: Agências

As forças pró-governo da Síria entraram em Afrin na semana passada em apoio à milícia curda YPG, o alvo declarado da operação lançada pela Turquia e pelos seus aliados rebeldes sírios, em Janeiro.

O Observatório afirma que o ataque aéreo, que acertou um campo em Kafr Jina, marcou a terceira vez em 48 horas que aviões de guerra da Turquia atingiram forças pró-governo em Afrin.

As Forças Democráticas da Síria, uma aliança liderada pelo YPG, disse em um comunicado que os ataques

aéreos da Turquia buscavam atingir posições das “forças populares” do exército sírio entre as 5h e 10h, no horário local. Não disse onde, nem deu uma contagem de mortos.

O primeiro-ministro turco Binali Yildirim disse que as forças do seu país assumiram o controle da cidade de Rajo das mãos dos militantes.

O Observatório afirmou que o exército turco estava no controle de aproximadamente 70 por cento da cidade, 25 quilómetros ao noroeste da cidade de Afrin.

O comunicado das Forças Democráticas da Síria disse que um grupo de forças turcas e facções sírias aliadas infiltraram-se em Rajo, onde conflitos continuam.

A Turquia vê o YPG como uma extensão do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que luta uma insurgência de três décadas na Turquia e é considerado um grupo terrorista pelos Estados Unidos, a União Europeia e a Turquia. O YPG tem sido um aliado importante para os Estados Unidos na luta contra o Estado Islâmico.

Ataque contra embaixada da França e Exército em Burkina Faso deixa 8 mortos

Agressores mataram 8 pessoas na capital de Burkina Faso e feriram dezenas de outras em um ataque coordenado ao quartel-general do Exército e à embaixada da França, o que um embaixador francês qualificou como um ataque terrorista.

Texto: Agências

Ninguém assumiu de imediato a autoria da acção, o terceiro maior ataque em Ouagadougou em pouco mais de dois anos. Ataques anteriores foram realizados por aliados da Al Qaeda em represália à participação de Burkina Faso num confronto regional contra militantes islâmicos.

Falando na televisão estatal, o porta-voz do governo, Remi Dandjinou, disse que os atiradores não identificados mataram cinco soldados e feriram 64 outros no quartel-general dos militares.

Dois integrantes dos gendarmes paramilitares do país morreram defendendo a embaixada, informou ele.

O presidente Roch Kabore disse no Twitter que o número de mortos aumentou para oito. Um posto médico de emergência foi montado no estádio municipal.

A polícia nacional informou em nota que oito homens armados foram mortos: quatro na embaixada e quatro na sede do Exército. Dois agressores foram capturados, de acordo com

fonte militar e a televisão estatal.

Uma fonte diplomática francesa disse que nenhum cidadão de seu país morreu nos ataques. Testemunhas afirmaram que homens armados mascarados atacaram a sede do Exército, localizada no centro da cidade, perto das 10h locais.

“Vi pessoas com sacos nas costas atacarem a guarda. Depois ouvi a explosão. Vi soldados fugindo correndo do edifício do quartel-general do Exército”, disse a testemunha Kader Sanou à Reuters.

Ataque com carro-bomba deixa ao menos 1 morto e 14 feridos no Afeganistão

Um carro-bomba explodiu na sexta-feira (02) na capital do Afeganistão deixando 1 morto e 14 feridos, informaram autoridades, mas não houve nenhuma reivindicação imediata de responsabilidade.

Texto: Agências

O ataque acontece dois dias depois que o presidente afegão, Ashraf Ghani, propôs iniciar conversas de paz com o Taliban, e pouco mais de um mês depois de uma ambulância lotada de explosivos ter sido detonada

no centro de Cabul, deixando cerca de 100 mortos. Bismillah Tabaan, comandante de polícia do 9º distrito de Cabul, onde aconteceu a explosão desta sexta-feira, disse que o ataque foi um atentado suicida, mas que não

ficou claro qual era o alvo pretendido. O porta-voz do Ministério do Interior do Afeganistão, Najib Danish, disse que uma pessoa morreu e 14 transeuntes ficaram feridos com a explosão, e que todas as vítimas são civis.

Desporto

Morte súbita fez mais uma vítima: Davide Astori

A tragédia da morte súbita voltou a abalar o futebol. Quando o italiano Davide Astori não se apresentou para o pequeno-almoço, os colegas da Fiorentina estranharam o atraso do capitão e começaram a ligar-lhe. Não atendeu, mas ninguém esperava o que se seguiu: o jogador foi encontrado morto, na cama do hotel, em Udine, onde a equipa da Fiorentina estagiava antes do jogo com a Udinese da 25.ª jornada da Liga italiana, que viria a ser toda cancelada.

Texto: Agências

O mundo soube da tragédia poucas horas depois, quando a Fiorentina anunciou “com profundo pesar a morte do seu capitão Davide Astori, vítima de uma doença súbita”. Tinha 31 anos, era uma referência dos viola e do futebol italiano (ver perfil) e terá morrido de “causas naturais, na sequência de uma paragem cardiorrespiratória”, segundo o procurador da República de Udine, que admitiu ser “estranho que tal aconteça a profissionais tão monitorizados e sem quaisquer sinais de risco”.

O mundo despertou para a tragédia da morte súbita no futebol a 26 de Junho de 2003, quando o camaronês Marc-Vivien Foé sofreu um colapso em pleno jogo da Taça das Confederações. As imagens do jogador a cair inanimado chocaram o mundo, habituado a olhar para os atletas como seres saudáveis.

Meses depois, a 25 de Janeiro de 2004, foi Portugal e Hungria a chorar a morte do benfiquista Miklos Féher durante um jogo com o Vit. Guimarães, no Estádio D. Afonso Henriques. Em Portugal, além do caso de Fehér, registaram-se ainda as mortes de Bruno Baião, júnior do Benfica, a 15 de maio de 2004, e de Hugo Cunha (União de Leiria), que caiu inconsciente no relvado aos 28 anos, vítima de paragem cardíaca, quando jogava com amigos, a 25 de junho de 2005.

De então para cá mais meia dúzia de casos abalaram algumas equipas e o mundo do futebol em geral. Em agosto de 2007 foi o Sevilha a sofrer com o adeus prematuro do capitão Antonio Puerta, durante o jogo da Supertaça Europeia com o Milan.

No mesmo ano, Daniel Jarque, capitão do Espanyol, morreu quando falava ao telefone com a noiva, durante a pré-época da equipa catalã em Itália.

Davide Astori é o segundo caso no futebol italiano. Em 2012, o médio Piermario Morosini, do Livorno, morreu na sequência de um ataque cardíaco sofrido em pleno estádio, num jogo com o Pescara. Nesse mesmo ano morreram mais dois atletas: o indiano Venkatesh, do Bangalore Mars, e o brasileiro Cristiano Júnior - este último teve um colapso em pleno relvado, depois de um choque com um guarda-redes adversário.

La Liga: Messi aumenta a distância entre Barcelona e Atlético para 8 pontos

O Barcelona venceu o Atlético Madrid, o seu oponente mais próximo, por 1 a 0, graças a uma cobrança de falta sensacional de Lionel Messi no último domingo, abrindo 8 pontos de vantagem no topo da tabela da La Liga e se aproximando do 25º título espanhol.

Texto: Agências

Messi, maior goleador do Barcelona de todos os tempos, passou seu pé esquerdo pela bola, fazendo que disparasse pela barreira e entrasse no canto superior aos 26 minutos.

Foi o 600º golo da sua carreira. O Atlético, que conquistou o título de 2014 no Camp Nou mas não vence no estádio desde 2016, poderia ter diminuído a distância em relação ao Barcelona com a vitória, mas o técnico Diego Simeone optou por uma abordagem tipicamente conservadora.

O chute instável que Thomas Partey arriscou à distância foi a única ameaça e embora Simeone tenha feito duas substituições no ataque, seu time não conseguiu pressionar o guarda-redes Marc-Andre ter Stegen, do Barça, a fazer uma defesa. Kevin Gameiro teve um gol impedido corretamente por fora de jogo.

O Barcelona lidera o Campeonato com 69 pontos após 27 jogos, enquanto o Atlético tem 61 e o campeão Real Madrid, 54.

Kim pede garantias de segurança para discutir desnuclearização

Será no final de Abril que os líderes das duas Coreias se vão encontrar pela primeira vez, revelou o assessor para a segurança da presidência sul-coreana, Chung Eui-yong, citado pela agência Yonhap, depois de ter sido recebido pelo líder norte-coreano, Kim Jong-un. A ideia de um encontro entre os dois líderes já tinha sido avançada durante a visita da delegação norte-coreana ao Sul, durante os Jogos Olímpicos de Inverno em Pyeongchang.

A cimeira — apenas a terceira entre líderes das duas Coreias desde a partição da península — deverá ser realizada na aldeia de Panmunjeom, na zona desmilitarizada, segundo Chung. O dirigente sul-coreano, que esteve reunido com Kim na noite passada, disse ainda que o líder norte-coreano mostrou disponibilidade para discutir a desnuclearização.

“O Norte afirmou claramente o seu compromisso de desnuclearização da Península Coreana e disse não ter razões para possuir armas nucleares, desde que a segurança do seu regime seja garantida e as ameaças militares contra a Coreia do Norte sejam retiradas”, disse Chung.

Esta tem sido a posição oficial de Pyonyang, que encara o desenvolvimento de armas nucleares como a única forma de garantir a sobrevivência do seu regime face ao que diz ser uma ameaça existencial representada pela presença militar norte-americana na região. Entre as suas principais objecções estão os exercícios militares conjuntos entre Seul e Washington que, apesar de terem sido adiados por causa dos Jogos Olímpicos, vão ser realizados no próximo mês.

Kim terá dito ainda que a desnuclearização pode ser um dos temas em cima da mesa de potenciais conversações com os EUA, revelou à Yonhap uma fonte da Administração presidencial sul-coreana sob anonimato. “Kim não

especificou nada de especial da parte da Coreia do Sul ou de outros países para que o Norte entre na via do diálogo, mas expressou a vontade de ser tratado seriamente como um interlocutor das negociações”, acrescentou a mesma fonte.

O Presidente dos EUA, Donald Trump, não afastou de imediato a hipótese de se sentar à mesa com a Coreia do Norte. “Veremos o que acontece”, escreveu no Twitter. No ano passado, o regime norte-coreano testou dezenas de mísseis balísticos e a sua bomba nuclear mais potente, violando várias resoluções das Nações Unidas. Em contrapartida, o Conselho de Segurança aprovou sucessivos pacotes de sanções contra Pyongyang.

Kim espera “escrever uma nova história de reunificação nacional”, refere o Guardian, com base na informação da agência noticiosa oficial da Coreia do Norte, KCNA. Os dois países da península coreana estão tecnicamente em estado de guerra, mas seguindo o exemplo do homólogo sul-coreano, Kim está aberto à “suavização da tensão militar na península coreana”, activando “o contacto, a cooperação e a troca”.

Para o efeito, os representantes sul-coreanos entregaram a Kim uma carta com “passos práticos” que devem ser tomados, avançou a KCNA sem dar mais detalhes.

Texto: Público de Portugal

Visita histórica

A comitiva da Coreia do Sul juntou durante quatro horas na sede do Partido Comunista norte-coreano, na companhia do líder norte-coreano, da sua mulher, Ri Sol-ju e da sua irmã Kim Yo-jong, que fez parte da delegação norte-coreana que se deslocou à Coreia do Sul por ocasião dos Jogos Olímpicos de Inverno.

Este jantar foi histórico sob diversos prismas. É a primeira visita oficial da Coreia do Sul desde que Kim Jong-un subiu ao poder, em 2011, e também foi a primeira vez que um representante sul-coreano pisou o edifício do partido comunista norte-coreano. A comitiva sul-coreana parte agora para os EUA para pôr o aliado norte-americano a par dos desenvolvimentos diplomáticos e para enviar uma mensagem de Kim dirigida ao Presidente Donald Trump, disse Chung.

Os EUA mostraram-se “cuidadosamente otimistas” sobre o recém-retornado contacto entre os dois vizinhos da península coreana, e afirmam-se disponíveis para negociar com Pyongyang, mas apenas mediante uma promessa de desnuclearização. Washington apresentou na segunda-feira uma nova leva de sanções contra a Coreia do Norte pelo alegado uso de armas químicas, que incluem medidas como o fim da ajuda aos norte-coreanos, excepto em caso de necessidade humanitária urgente, avança a agência noticiosa sul-coreana, Yonhap.

Texto: Agências

Liga e Movimento 5 Estrelas disputam poder após eleição inconclusiva na Itália

Dois líderes anti-establishment anunciaram planos para governar a Itália na segunda-feira (05), abalando a zona do euro depois que eleitores deixaram de lado os tradicionais partidos italianos numa eleição que resultou em um Parlamento sem maioria.

Com a terceira maior economia da União Europeia possivelmente enfrentando uma instabilidade política prolongada, o partido anti-imigração Liga reivindicou o direito de governar, depois que a sua aliança de centro-direita conquistou a maior parcela dos votos. “Nós temos o direito e o dever de governar”, disse o líder Matteo Salvini em coletiva de imprensa, dizendo que investidores não devem temer o seu governo, à medida que acções, títulos e o euro se enfraqueceram com a perspectiva de uma Itália liderada pela legenda eurocéptica prometendo aumentar os gastos.

Alguns minutos depois, o líder do maior partido único do país actualmente, o anti-establishment Movimento 5 Estrelas, disse estar pronto para assumir um papel de liderança responsável. “Estamos abertos a conversar com todas as forças políticas”, disse Luigi Di Maio, de 31 anos,

em comunicado. “Nós sentimos a responsabilidade de dar à Itália um governo (como)... uma força política que represente toda nação”.

Com a contagem de votos bastante avançada e a divulgação dos resultados finais prevista para esta segunda-feira, parece quase certo que nenhum dos três principais grupos políticos será capaz de governar sozinho, e a expectativa é de que o presidente Sergio Mattarella não inicie negociações formais de coligação até o início de Abril.

Em Bruxelas, um porta-voz da Comissão Europeia disse estar confiante de que um governo estável pode ser formado, “e, no meio tempo, a Itália tem um governo com quem estamos trabalhando de perto”.

Salvini, o líder da Liga, criticou tanto a

moeda única quanto as restrições da União Europeia aos orçamentos nacionais. “O euro foi, é e continua sendo um erro”, afirmou, acrescentando, porém, que um referendo sobre a manutenção da moeda na terceira maior economia da zona do euro é “impensável”.

A maior parcela de votos da eleição de domingo foi para a aliança que inclui a Liga e a Força Itália, do ex-primeiro-ministro Silvio Berlusconi, mas pela primeira vez a Liga emergiu como o parceiro principal da aliança.

Essa troca de papéis assinala uma derrota pessoal amarga para o magnata de média bilionário e seu partido, que adoptaram posições mais moderadas em relação ao euro e à imigração, enquanto a Liga, de extrema-direita, centrou sua campanha em um discurso de enorme repúdio aos imigrantes.

Sociedade

Em produtos alimentares e material de construção: Cornelder apoia as famílias vítimas das inundações

A Cornelder de Moçambique, S.A., procedeu à entrega, na terça-feira, 6 de Março, na cidade da Beira, ao governo provincial de Sofala, de produtos alimentares de primeira necessidade e material de construção, avaliados em cerca de 1.500 mil meticais, para apoio às famílias vítimas das inundações.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



Várias famílias das cidades da Beira e Dondo, incluindo o distrito de Nhamatanda, encontram-se afectadas pelas inundações, situação que levou ao governo de Sofala a lançar uma campanha de solidariedade interna de moçambicanos para moçambicanos, com vista a minimizar o sofrimento das vítimas.

Intervindo, na ocasião, António Libombo, director executivo-adjunto da Cornelder de Moçambique, referiu que “obviamente que não podíamos ficar indiferentes a este drama que afecta grande parte da nossa população, havendo crianças que ficaram sem escolas e outras que não têm acesso às suas próprias residências”.

“Nós reagimos ao apelo do governo provincial, no sentido de assegurar que sejam criadas condições para minorar o drama que a população está neste momento a viver, não só na cidade da Beira, mas também em vários distritos da província”, disse.

Por sua vez, Augusta Maita, secretária permanente da província de Sofala, agradeceu à Cornelder de Moçambique pelo gesto, tendo destacado que a avaliar pela quantidade a oferta fará muita diferença na melhoria das condições de vida dos afectados.

“Testemunhamos a recepção de produtos e materiais de construção compostos por 618 quilogramas de feijão, 309 quilogramas de açúcar castanho, igual quantidade de sal, 701 chapas de zinco, 35 barrotes e 134 pacotes de parafusos, num montante de 1.456.215 meticais”, indicou.

Acrescentou que as ofertas que o governo provincial tem estado a receber constituem uma pronta resposta ao apelo feito pelas autoridades locais, “daí que queremos encorajar para que continuem com esta vontade, fazendo parte deste movimento de solidariedade de moçambicanos para moçambicanos”.

Importa realçar que, em Sofala, em consequência das enxurradas, 110 famílias encontram-se reassentadas, em Nhamatanda. As inundações, para além de deslocar famílias, destruíram residências, culturas e algumas infraestruturas públicas e privadas.

Vende-se Gerador DSE 7000 de 330 kVA em Nampula,
com poucas centenas de horas de funcionamento.

Ligue para Sílvia 84 420 38 38



ONU alerta para possíveis “atos de genocídio” contra rohingyas em Mianmar

O alto comissário da Organização das Nações Unidas (ONU) para os direitos humanos expressou na quarta-feira (07) a forte suspeita de que “atos de genocídio” podem ter sido cometidos desde agosto contra muçulmanos rohingyas em Rakhine, no norte de Mianmar.

Texto: Agências

Relatos de encobrimento de supostas valas comuns revelaram uma “tentativa deliberada das autoridades de destruir provas de crimes internacionais em potencial, incluindo possíveis crimes contra a humanidade”, acrescentou Zeid Ra'ad al-Husseini em discurso ao Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Quase 700 mil rohingyas fugiram de Rakhine para Bangladesh desde que ataques de insurgentes provocaram uma operação de repressão em agosto, juntando-se a 200 mil refugiados de um êxodo anterior.

Zeid observou que na terça-feira seu escritório disse acreditar que uma “faxina étnica” ainda está em andamento em Rakhine.

Os rohingyas continuam fugindo por causa de uma perseguição “sistemática”, ainda que de baixa intensidade, e de episódios de violência no local, disse.

“Vítimas relataram assassinatos, estupro, tortura e sequestros praticados pelas forças de segurança e por milícias locais, além de tentativas aparentemente deliberadas de forçar os rohingyas a deixarem a área fazendo-os passar fome, com autoridades impedindo seu acesso às lavouras e a suprimentos de comida”, disse Zeid ao fórum de Genebra. “Este Conselho está ciente de que o meu escritório tem fortes suspeitas de que atos de genocídio podem ter ocorrido no Estado de Rakhine desde agosto”, acrescentou.

O governo de Mianmar não comentou de imediato. No Conselho, sua delegação tem direito de responder até quinta-feira. O escritório de Zeid recebeu relatos de que terras habitadas por rohingyas estão sendo apropriadas e que membros de outros grupos étnicos estão tomando seu lugar.

“Um anúncio recente de que sete soldados e três policiais serão levados à justiça pela suposta execução extrajudicial de dez homens rohingyas é inteiramente insuficiente”.

O governo de Mianmar precisa adotar medidas reais para a atribuição de responsabilidade por violações e respeitar os direitos dos rohingyas, incluindo sua cidadania, disse Zeid.

ONU alarmada com entrega de segurança do Rio de Janeiro aos militares

O Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Al Hussein, mostrou-se alarmado com o facto de as Forças Armadas brasileiras terem assumido a segurança no estado brasileiro do Rio de Janeiro.

Texto: Público de Portugal

No relatório anual que apresentou no conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, o responsável criticou o recente decreto que autoriza as Forças Armadas brasileiras a desempenhar as tarefas da Polícia no Rio de Janeiro, força que fica sob o comando do Exército. “As Forças Armadas não são especializadas em segurança pública ou em investigação”, afirmou Zeid Al Hussein, que lamentou ainda o pedido do Exército de perdão para soldados que cometam crimes.

“Deploro os pedidos de altos funcionários do Exército para que se tomem medidas que na prática implicam uma amnistia para os soldados que cometam actos que violem os direitos humanos”, disse. O responsável da ONU apelou ao Governo de Michel Temer para que garanta que as políticas de segurança res-

peitem os direitos humanos e que as medidas adoptadas evitem discriminações ao nível da criminalização com base na raça ou no nível socio-económico.

No entanto, Al Hussein saudou a criação do Observatório dos Direitos Humanos para controlar as acções do Exército durante a intervenção e defendeu a participação da sociedade civil neste processo.

A segurança do estado do Rio de Janeiro, que enfrenta uma grave onda de violência, está nas mãos do Exército desde que o Presidente brasileiro, Michel Temer, ordenou a medida num decreto assinado a 16 de Fevereiro e aprovado pelas duas câmaras do Parlamento poucos dias depois. A crise de violência que abala o Rio saldou-se, no ano passado, em 6731 homicídios, entre os quais os de mais de

100 polícias e uma dezena de menores por “balas perdidas”.

Só no passado mês de Janeiro, o estado do Rio de Janeiro, cuja população se concentra maioritariamente na região metropolitana da capital, registou uma média de 21 mortes violentas por dia. A previsão é que as Forças Armadas obtenham o controlo da segurança no Rio de Janeiro até finais deste ano, embora Temer tenha dito que poderá levantar a medida antes, se a situação na região estiver normalizada.

A intervenção federal foi amplamente criticada por movimentos sociais e sectores da oposição, que consideram que a decisão de Temer foi motivada por factores políticos e eleitorais, uma tese que o chefe de Estado categoricamente rejeita.

Avião militar russo cai na Síria e deixa 39 mortos

Um avião de transporte de tropas russo caiu na Síria na terça-feira (06), matando todas as 39 pessoas a bordo, disse o Ministério de Defesa da Rússia, segundo agências de notícias do país.

Texto: Agências

O Presidente Vladimir Putin, que é candidato à reeleição no final deste mês, declarou em dezembro que a missão russa na Síria tinha sido amplamente concluída, mas o número de vítimas continua subindo.

Segundo as agências, o ministério disse que o avião caiu na base aérea russa de Hmeymim, na província de

Latakia, e que informações iniciais sugerem que o acidente pode ter sido provocado por uma falha técnica.

“De acordo com as últimas atualizações, a aeronave de transporte An-26, que caiu ao pousar na base aérea de Hmeymim, estava transportando 33 passageiros e seis tripulantes. Todos eram membros das Forças

Armadas da Rússia”, afirmou o Ministério da Defesa, de acordo com a agência de notícias Interfax.

“A tripulação e os passageiros estão mortos”, acrescentou. Inicialmente, as agências de notícias russas informaram que o ministério falava em 32 passageiros e tripulantes mortos no acidente, mas isso foi revisado posteriormente.

Sociedade

Para reduzir sinistralidade na EN4: Minérios a granel devem ser transportados nas linhas férreas e não por camiões

O ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita defende a implementação de medidas concretas para a migração célere da carga rodoviária para o sistema ferroviário, com vista à mitigação dos impactos causados pelo tráfego de camiões na Estrada Nacional Número Quatro (EN4), nomeadamente o congestionamento, a degradação da via, a insegurança rodoviária, agravamento dos custos operacionais para o transporte de mercadorias e de passageiros, problemas ambientais, entre outros.

Texto: www.fimdesemana.co.mz

Dentre as medidas apontadas, constam a criação de um porto seco para funcionar como zona tampão para melhor gestão do tráfego, o alargamento do horário de funcionamento da fronteira de Ressano Garcia e do “Quilómetro Quatro”, bem como a prossecução da melhoria da capacidade de manuseamento de carga ferroviária no Porto de Maputo.

“Esta é a melhor saída para a redução do tráfego de camiões na EN4. A carga de natureza ferroviária, particularmente a de minérios a granel, deve ser transportada nas ferrovias, maximizando as vantagens naturais que este tipo de transporte oferece”, defendeu Carlos Mesquita, que falava quinta-feira, 8 de Março, na abertura do Fórum de Discussão sobre Sinistralidade e Congestionamentos na EN4, organizado pela Companhia de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC).

Para o ministro, a subida do número de camiões que demandam o Porto de Maputo deve ser analisada, tendo em conta o crescimento registado no manuseamento portuário que se situou em 36% para a carga rodoviária e uma subida exponencial da carga ferroviária que escalou o porto, na ordem de 134%.

“A tendência da migração da carga rodoviária para o sistema ferroviário tem estado a consolidar-se. Em 2016, 18% da carga manuseada no Porto de Maputo era ferroviária, tendo esta cifra aumentado para 26% em 2017”, disse Carlos Mesquita.

De acordo com o ministro dos Transportes e Comunicações, o congestionamento, em particular na EN4, resulta da maior pressão exercida pelo crescimento do tráfego rodoviário de mercadorias, em detrimento dos modos tradicionais de transporte, nomeadamente o marítimo e ferroviário.

Por exemplo, em 2017, 52% da carga foi transportada por via ferroviária, 36% por via rodoviária e menos de 1% por via marítima, “uma realidade que precisamos de reverter, se considerarmos os elevados custos e demais consequências negativas do tráfego rodoviário de mercadorias”.

No caso específico da EN4, que atravessa a cidade da Matola e desagua na cidade de Maputo, a situação torna-se preocupante, tendo em conta que estas duas urbes albergam cerca de 80% de um total de cerca de 740 mil veículos matriculados em Moçambique.

Vende-se Gerador DSE 7000 de 330 kVA em Nampula, com poucas centenas de horas de funcionamento.

Ligue para Sílvia 84 420 38 38

